

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**TESE DE MESTRADO EM GESTÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO
HISTÓRICO E CULTURAL**

Ana Isabel Aziago Marques Ramos

**O LUGAR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
NO CURRÍCULO ESCOLAR**



Orientador: Professora Doutora Antónia Fialho Conde

Co-orientadora: Professora Doutora Olga Magalhães

172 836

Évora, 2009

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos,
José Miguel, Pedro Henrique e Rui Francisco

RESUMO

Esta dissertação pretende contribuir no âmbito da gestão e valorização do Património Histórico – Cultural, para o estabelecimento de uma estratégia de valorização e enriquecimento dos currículos escolares portugueses do Ensino Básico, como forma de divulgar, preservar e educar para o Património de um país.

Neste contexto emergiu um design de investigação que se afigura pertinente e centrado na prática docente ao fazer um estudo de caso, baseado na opinião recolhida junto dos alunos do 1º ciclo do ensino básico de um agrupamento de escolas sobre a noção que os mesmos têm de Património.

A compreensão e valorização da Educação Patrimonial num processo contínuo de descoberta e aprendizagem são tarefas que só a “Escola” pode fazer, formando os indivíduos tornando-os competentes nesta área do conhecimento.

Os objectos patrimoniais, monumentos, sítios e centros históricos, ou o património imaterial e natural, são recursos educacionais importantes, permitem a aquisição de competências motivacionais, para qualquer área do currículo ou aproximam áreas aparentemente distantes no processo de ensino e cidadania.

Palavras-chave: Património, Património Histórico-Cultural, Educação Patrimonial, Currículo Nacional

ABSTRACT

This thesis aims to contribute in the management and enhancement of Cultural - Heritage for the establishment of a strategy for recovery and enrichment of school curricula elementary portuguese as a means to educate, preserve and disclose to the heritage of a country.

In this context emerged a research design that seem relevant and focused on teaching to make a case study, based on the feedback gathered from pupils of 1 primary school, a grouping of schools on the notion that their balance sheets.

Understanding and appreciation of Heritage Education in a continuous process of discovery and learning are tasks that only the "School" can do, forming the individuals making them competent in this field of knowledge.

Heritage objects, monuments, sites and historical centres, or intangible and natural heritage, are important educational resources, enable the motivational skills acquisition, to any area of the curriculum or assemble seemingly distant areas in education and citizenship.

Keywords: Heritage, Historical Heritage-Cultural, Heritage Education, National Curriculum

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, pela força, protecção e omnipresença na minha vida.

Agradeço aos meus filhos e marido, por me acompanharem, compreenderem e incentivarem a levar até ao fim esta etapa.

Agradeço aos meus pais, o incentivo para estudar sempre.

Agradeço à minha irmã Helena e ao meu cunhado Paulo por todo o apoio e estímulo nesta etapa.

Agradeço à Sra. Professora Doutora Antónia Fialho Conde e à Sra. Professora Doutora Olga Magalhães pela forma incansável como me ajudaram e disponibilidade total na supervisão desta dissertação.

Agradeço à Directora do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, em especial, por ter permitido desenvolver a parte empírica para a consecução desta dissertação *in loco*.

Agradeço aos alunos do 4º ano de escolaridade das escolas do concelho de Santiago do Cacém e respectivas professoras por se terem disponibilizado para o preenchimento do questionário.

Muito obrigada a todos aqueles que, directa ou indirectamente, me ajudaram, pelo apoio e paciência e que, sem reservas, compartilharam comigo os seus saberes

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
RESUMO.....	II
ABSTRACT	III
AGRADECIMENTOS	IV
INTRODUÇÃO	8
CAPITULO I – EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO	14
1.1 - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO EM PORTUGAL E NA EUROPA	15
1.2 - EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL	19
1.3- LEGISLAÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO A NÍVEL NACIONAL	25
1.4 - AS CARTAS PATRIMONIAIS E A LEGISLAÇÃO SOBRE A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO A NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL	28
1.5 - PATRIMÓNIO, GLOBALIZAÇÃO E NOVOS DESAFIOS	44
CAPÍTULO II - O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO CURRÍCULO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO	46
2.1 – PRINCÍPIOS GERAIS DO PROGRAMA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO/CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO BÁSICO.....	46
2.1.1 — OBJECTIVOS GERAIS DO ENSINO BÁSICO	46
2.1.2. — ESTRUTURA CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO	47
2.1.2.1 – O Desenho Curricular e estrutura da disciplina de Estudo do Meio.....	48
2.1.2.2 - Orientações para a Gestão Curricular	49

2.2 — PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ACÇÃO PEDAGÓGICA NO 1.º CICLO	50
2.3 — COMPONENTES DOS DOMÍNIOS DISCIPLINARES	51
2.4 - ANÁLISE DO PROGRAMA DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO/CURRÍCULO NACIONAL DO ENSINO BÁSICO.....	52
2.4.1 - ESTUDO DO MEIO - PRINCÍPIOS GERAIS	52
2.4.2 - OBJECTIVOS GERAIS.....	53
2.4.2.1- Análise aos diferentes blocos que compõem o programa da disciplina nos diferentes anos de escolaridade:	53
2.4.2.2 - O Estudo do Meio no 1º Ciclo do Ensino Básico – Competências Essenciais	65
2.4.2.3 - A disciplina de Estudo do Meio – Competências Essenciais	65
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	70
3.1- OPÇÕES METODOLÓGICAS E ESCOLHA DO CASO	70
3.2. A RECOLHA DE DADOS	72
3.3 - ANÁLISE DOS DADOS.....	73
3.4 -ESTUDO DE CASO.....	74
3.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DO MEIO	74
3.4.2 – CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS	75
3.4.3 – POPULAÇÃO -ALVO	76
3.4.4 - OBJECTIVOS DO QUESTIONÁRIO	76
CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS	77
4.1 - ANÁLISE DOS DADOS DO ESTUDO DE CASO.....	77
4.2 - INTERPRETAÇÃO/LEITURA DOS RESULTADOS	84

CAPÍTULO V - PATRIMÓNIO HISTÓRICO – CULTURAL: PROSPECÇÕES NA EDUCAÇÃO FORMAL.....	89
CONCLUSÃO.....	93
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	99
BIBLIOGRAFIA	100
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

“Deves ter serenidade para aceites as coisas que não podes mudar, coragem para mudares aquilo de que és capaz e sabedoria para veres a diferença.”

Sócrates

Uma das principais razões que motivou a realização desta tese de mestrado, foi tentar dar resposta à questão – Qual o lugar ocupa a Educação Patrimonial no Currículo Escolar?

No decorrer do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, foi ganhando consistência a ideia da importância da Educação Patrimonial integrar os currículos escolares do Ensino Básico de uma forma efectiva.

Torna-se assim pertinente o contributo no âmbito deste Mestrado do estabelecimento de uma estratégia de valorização e enriquecimento dos currículos escolares portugueses com base na valorização do património histórico e cultural.

A Educação Patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural” na medida em que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio – cultural e da trajectória histórico-temporal em que está inserido.

Um dos princípios da Educação Patrimonial tem como base a experiência directa que estabelecemos com os objectos e fenómenos culturais, a sua compreensão e valorização num processo contínuo de descoberta.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objectivo levar os alunos a utilizarem as suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e competências. O uso desses conceitos e competências nesta área, reforça o próprio processo educacional na sua relação com o meio e com os objectos.

A escola como instituição assenta os seus princípios na educação formal em geral, que é o de conduzir as crianças e jovens num processo activo de conhecimento.

Neste sentido, será “conduzi-los” através da apropriação e valorização da sua herança cultural e histórica, capacitando-os para um melhor usufruto da mesma, propiciando às gerações vindouras a produção de novos conhecimentos.

A importância na promoção desta relação é pois a da apreensão dos objectos e das expressões do Património Histórico e Cultural como ponto de partida para a actividade pedagógica, observando e explorando todos os seus aspectos que posteriormente serão traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Neste contexto, foi surgindo um desenho de investigação que se pretende pertinente com incidência prática no desempenho da docência.

A Educação Histórica actualmente defronta-se com novos desafios para os quais deve procurar dar uma resposta fundamentada. Abordar o conceito de Património Histórico e Cultural junto dos alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico analisando a sua complexidade estrutural parece ser uma contribuição valiosa, no contexto do ensino e aprendizagem da História bem como na valorização do Património Histórico e Cultural.

O capítulo I aborda a evolução do conceito de Património, desde o Renascimento em que os testemunhos do passado eram designados por “Antiquilhas”, até à Lei nº 107/2001 que estabelece os elementos integrantes do conceito de Património,

(...) e os bens materiais e imateriais e os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”.

A fim de compreender o significado e a dimensão que este conceito pode encerrar em si, impõe-se lançar um olhar não só sobre a evolução do conceito em termos espaciais e temporais, mas numa lógica da sua apropriação pelo homem.

Desde os tempos mais remotos podemos observar a necessidade que o Homem tem em preservar tudo aquilo que o liga às suas “vivências” embora isto não signifique que tenha desde sempre desenvolvido essa consciência.

A História, a Sociologia, a Antropologia entre muitas outras áreas do conhecimento, demonstraram nas mais variadas formas como o Homem foi desenvolvendo essa “consciência”.

Contudo, este conceito é relativamente novo, daí a necessidade deste olhar em termos de legislação nacional e internacional, para melhor compreender o seu significado e dimensão.

O capítulo II aborda os princípios da actual Reorganização Curricular no 1º ciclo do Ensino Básico, e a relação que se pode estabelecer entre o Estudo do Meio e Património Histórico e Cultural de uma região, de um país.

Estes princípios colocam a questão central das competências essenciais e das experiências de aprendizagem, bem como uma nova gestão do currículo e a criação de espaços concretos como as áreas curriculares não disciplinares para o desenvolvimento de projectos.

Estas novas referências propõem ao docente e à Escola novas respostas no sentido de adequarem o ensino/aprendizagem aos contextos específicos e aos alunos, promovendo o desenvolvimento das respectivas competências.

A Educação pelo Património pode e deve assumir-se como um claro contributo para o desenvolvimento das competências, consignadas no Decreto-Lei 6/2001.

A Reorganização Curricular do Ensino Básico centra a atenção em alguns princípios básicos, nomeadamente a essencialidade (à anterior visão enciclopédica do currículo e das aprendizagens), e a diversificação (a forma como responde aos diferentes alunos e contextos), a adequação (materializada no projecto curricular de escola e turma, bem como a ligação ao meio e ao património local) e finalmente a flexibilidade (com o intuito de responder à diversidade cultural e social).

Nesta sequência, torna-se pertinente abordar a aprendizagem do Património, adaptando o ensino da História aos contextos específicos dos alunos, preparando-os para uma visão mais holística do Património.

Porém, tendo em conta esses ambientes específicos, o estudo da História Local assume também um papel fundamental. Almeida (1998:13-14), especifica que o estudo do Património assume uma “importância insubstituível para a apreensão dos gostos e sensibilidades (...) e oxalá reforce a capacidade cívica, senão de amar, pelo menos de respeitar algo que é a marca significativa do nosso viver comunitário”.

Face à actual complexificação do conceito de Património, pretende o presente trabalho esclarecer os sentidos e analisar a complexidade estrutural que os alunos sustentam acerca deste conceito, bem como a forma como o consubstanciam. Será para

eles representativo da ideia que sustentam de Património apenas um edifício arquitectónico? Ou integrarão conceitos de Património tais como: Um rancho folclórico? O adufe em Idanha-a-Nova? Uma poesia popular? O Cante Alentejano? E o quanto é representativo para eles cada um destes conceitos de Património?

Quanto ao seu “lugar” nos Currículos Escolares, ficará o ensino/aprendizagem da História mais enriquecido se os conteúdos programáticos desta área/disciplina forem abordados estabelecendo ligações ao Património Cultural e Natural? Disciplinas como a Geografia, a Biologia, a Antropologia beneficiaram da sua aproximação ao estudo do Património Histórico e Cultural e Natural de uma região?

Questões como estas são fundamentais e impõem-se como os grandes objectivos desta tese.

Estas interrogações, para as quais se pretende encontrar algumas respostas, prendem-se com três condições específicas: (i) incidência no programa de História de conteúdos relacionados com o conhecimento Património Histórico e Cultural no Ensino Básico; (ii) A forma como este conhecimento é veiculado aos alunos; (iii) O desenvolvimento de um conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “património”.

As respostas às interrogações levantadas constituem factores indispensáveis no processo de preservação sustentável dos bens patrimoniais, enriquecimento do conhecimento científico do aluno assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

O Património, como indica a sua designação, é algo herdado de nossos pais e antepassados. Como herança que é, só passa a ser nossa para ser usufruída se nos apropriarmos dela, se a conhecermos e reconhecemos como algo que nos foi legado e que deveremos deixar como herança para os nossos filhos e para as gerações que nos sucederão no tempo. Essa herança, constitui a nossa riqueza cultural, individual e colectiva, a nossa memória, o nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue dos outros povos e culturas, o “cunho” inconfundível de pertencermos a uma cultura própria e que nos aproxima enquanto herdeiros dessa mesma cultura.

O conhecimento dos elementos que compõem essa riqueza e diversidade, são originários de diferentes grupos étnicos e culturais que formaram a cultura que caracteriza um determinado povo.

Essa herança contribui igualmente para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas em que a cultura se manifesta, nas diferentes regiões, a começar pela linguagem, pelos hábitos e costumes entre outros. Por sua vez, a percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos “sem cultura”, ou culturas melhores do que outras.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a aprendizagem.

No Capítulo III, pretende-se com o estabelecimento de uma metodologia de trabalho ligada à investigação, através da realização de um estudo de caso, a par de outros estudos desenvolvidos no nosso país, analisar as possibilidades da Educação pelo Património, integrar os Currículos Escolares do Ensino Básico, ou os conteúdos programáticos de algumas disciplinas, abordando-se a problemática do Património e Educação através da discussão teórica das suas inter-relações conceptuais. Para levar a cabo esta investigação, utilizámos como metodologia a aplicação de um inquérito por questionário aos alunos das turmas do 4º ano de um Agrupamento de Escolas.

No IV Capítulo serão analisados e apresentados os resultados dos questionários sobre o estudo em causa, bem como descritas as conclusões apontadas com a realização deste estudo.

Muitas atitudes face ao património histórico revelam, ainda hoje, pouca coerência com os princípios defendidos na legislação internacional e nacional.

O Património continua a ser, muitas vezes, encarado como elemento decorativo ou como sinal de prestígio, diversas atentados ao património continuam a não ser sancionadas, nem se tem desenvolvido, com o merecido cuidado, uma consciência crítica fundamentada, em ligação com uma educação para a cidadania na sociedade aberta e global.

Do capítulo VI fazem parte um conjunto de reflexões, com algumas indicações que podemos extrair da análise da complexidade estrutural do conceito de Património, bem como algumas sugestões motivadoras das diferentes abordagens que se podem fazer nas diferentes disciplinas e níveis de ensino.

Para que tal aconteça com mais consistência e num futuro próximo, é necessário formar a opinião dos cidadãos em níveis mais elaborados, particularmente junto dos

mais novos facultando-lhes o entendimento, não só por questões de cidadania, mas através do conhecimento da sua história associada, às “produções” do Homem que ocorreram num tempo e num espaço próprio.

Porém, despertar e cativar os jovens para as realidades regionais e locais da História e da Cultura, nas vertentes científica ou metodológica, pode envolver uma multiplicidade de abordagens possíveis, sendo necessário ponderar as formas de divulgação junto dos educadores e procurar caminhos de exploração no âmbito da Educação Patrimonial.

A Educação Patrimonial também é uma forma de valorização e preservação do Património Histórico e Cultural através das matérias leccionadas nas escolas e pode proporcionar aos alunos a possibilidade de aprender sobre a importância de conservar os bens culturais da sua comunidade e do seu país.

CAPITULO I – EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO

“ A defesa da nossa identidade cultural é também a abertura para a identidade dos demais povos e países, negando o chauvinismo nacionalista que empobrece e isola.”

Helder Pacheco (1985:20)

“Olhando para o último século com as suas guerras devastadoras, genocídios, desastres ambientais (...) emerge uma urgente necessidade de mudança paradigmática nas relações humanas. É largamente aceite que a educação é um agente crucial de um novo conhecimento ‘do próprio’ e ‘do outro’, possibilitador de um ‘futuro comum’ em que todos se empenhem em transformar a visão de um mundo mais humano dentro da realidade existente.”

(Campbell, 2002:33)

1.1 - Evolução do Conceito de Património em Portugal e na Europa

A noção da palavra Património, refere-se originalmente, à herança paterna, ou seja, aos bens materiais transmitidos de pai para filho. Daí que o termo, ainda hoje, se refira à herança familiar.

A extensão do uso do termo como herança social aparece na França pós-Revolucionária, no século XVIII quando o Estado decide tutelar e proteger as antiguidades nacionais, às quais, era atribuído significado para a história da nação.

O conjunto de bens entendido como herança do povo, de uma nação, foi então designado como Património Histórico. É de salientar que na sua aceção original, incluía não apenas os bens imóveis, mas também os bens móveis, tais como acervos de museus e documentos textuais.

A consolidação dos Estados durante o século XIX impôs a necessidade de fortalecer a história e a tradição de cada povo, como factor gerador de uma identidade própria.

Em Portugal, a segunda metade do século XIX foi largamente positiva, pois foi evidente o empenho dos literatos num regime legislativo defensivo do património histórico e cultural, à semelhança dos restantes países europeus. Lutaram arduamente, para sobrepor os interesses culturais aos económicos, essenciais à própria sobrevivência do País, tendo também lutado contra os interesses locais e regionais de uma Burguesia muito ciosa do direito de “Propriedade” consagrado com a Revolução Liberal e herdeiro do espírito da Luzes.

Em 1901, é instituído por decreto o Conselho dos Monumentos Nacionais para determinar “as Bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados Monumentos Nacionais...”.

Neste quadro passavam-se a considerar “monumentos nacionais,” algumas construções industriais essenciais à compreensão da evolução histórica do país. Foi um importantíssimo passo para o alargamento do conceito patrimonial.

Ainda que o Decreto de 10 de Janeiro 1907 demonstrasse uma inegável deferência pelos grandes exemplares da arquitectura religiosa ilustrativa de episódios marcantes da nossa História, serviu de igual modo para contrariar um certo anticlericalismo pós - revolucionário.

Em 1910, começa a alargar-se o conceito de “Monumento”, em que o governo publica uma outra lista de imóveis classificados como “Monumentos Nacionais” na qual se detecta uma nova postura temática na qual se privilegia a arqueologia.

A investigadora Ana Cristina Martins, in Património Estudos, IPPAR, Lisboa, 2004, considera que a esta questão não é alheia a necessidade de afirmação numa Europa onde cada Nação procurava encontrar as suas raízes mais ancestrais e a persistência e permanência rática num território, bem como justificações históricas para determinadas acções ou reivindicações políticas.

Nesta altura, a esta lista, a par das categorias de arquitectura religiosa e militar foram criadas duas outras, as correspondentes aos “monumentos pré-históricos” e aos “monumentos lusitanos e lusitano - romanos”.

Para além destes, foi ainda criada uma quinta categoria que contemplava tipologias tão diversas quanto os paços, hospitais, pelourinhos e trechos arquitectónicos. Era, claramente, um novo conceito de “património” a despontar, um alargamento às várias evidências materiais do exercício humano em todas as suas actividades e vertentes, embora se limitasse ao palpável.

Era, de facto, uma visão redutora que não tinha ainda em conta as interacções incessantes no domínio do património.

Se consultarmos o actual inventário dos imóveis classificados, deparam-se-nos não só classificações com o grau de monumento nacional, mas também outras categorias de classificação, o imóvel de interesse público, figura introduzida pelo decreto nº 20985, de 7 de Março de 1932, e o valor concelhio, introduzido pela Lei nº 2032, de 11 de Junho de 1949.

Em 1953, assiste-se a um acrescido impulso de classificação de bens de reconhecido valor histórico, arqueológico e artístico, com o intuito de impedir a sua alienação para o estrangeiro, a par dos actos de inventariação de bens importados como medida que procura ampliar o património nacional.

Nos inícios de 1960, é expressa a necessidade de protecção dos bens em acentuado estado de degradação, bem como a necessidade de impedir a sua alteração por intervenções que coloquem em perigo a sua integridade.

No que respeita especificamente à definição do conceito de património cultural, encontramos uma grande continuidade, nos termos da legislação, desde as primeiras leis republicanas até à década de 60.

Em quase todos os textos que referem a definição de tal conceito, encontramos como princípio bens com valor histórico, artístico ou arqueológico, faltando enunciar todo o material etnográfico, da técnica ou da ciência e botânico.

Na opinião de vários investigadores, o que Portugal produziu de um ponto de vista legislativo, desde o início do século parece poder ser considerado consonante com o que a Europa definiu para si própria após a viragem do século.

As preocupações com a defesa dos bens culturais que surgem na legislação portuguesa no período da República, depois herdadas pela Ditadura Militar e pelo Estado Novo e por este usadas com fins de propaganda nacionalista, construíram um corpo legislativo que, se aplicado na íntegra, teria de facto preservado o património nacional, dentro de um quadro que não se afastaria muito da legislação europeia.

Ainda, no quadro da propaganda nacionalista, tomaram-se medidas no sentido de valorizar todos os monumentos emblemáticos da nossa identidade nacional, monumentos relativos à fundação na Nação.

As definições para o Património Cultural tendem a tornar-se mais abrangentes, sobretudo a partir dos anos 80, assumindo definitivamente uma visão mais holística de cultura.

Em 1985, é publicada a Lei do Património Cultural Português, que simultaneamente, mantém alguma continuidade relativamente ao enquadramento jurídico anterior e incorpora as novas concepções e filosofias que vinham a ser expressas pelas instâncias internacionais, sobretudo pela UNESCO e pelo Conselho da Europa, sobre a salvaguarda e valorização do Património Cultural.

Em 1991, Portugal aderiu à Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, que havia sido elaborada em 1985.

A par do interesse artístico, histórico e arqueológico que, como vimos, povoava a legislação portuguesa até à década de 60, vemos agora emergir três novos motivos de classificação: os interesses científicos, sociais e técnicos surgem combinados com os anteriores e citados em pé de igualdade.

Em 1988, é publicado o Decreto sobre Projectos de arquitectura da exclusiva responsabilidade dos arquitectos em imóveis classificados e respectivas zonas de protecção.

Em 1999, é publicada a Lei que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Por fim, mas não menos importante, é publicada, em 2001, a Lei que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

No contexto da legislação internacional, designadamente as Convenções e os Tratados subscritos por Portugal relativamente à protecção do tráfico ilícito de bens culturais, Portugal configura um segundo plano de enquadramento de protecção às novas formas dos bens culturais e à abrangência do conceito de bens culturais nacionais, aplicável também aos bens que revestem um valor universal de património da humanidade, competindo a cada Estado o dever da sua salvaguarda em território nacional e o dever de cooperação com vista à sua protecção.

Assim, reflectindo os valores, os conceitos e as políticas de protecção, salvaguarda e valorização do património expressos na legislação internacional adoptada à data da sua redacção, a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, apresenta uma noção de «património cultural» não restritiva aos bens culturais produzidos num único Estado no caso de Portugal, e na qual têm enquadramento «todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou cultura portadores de interesse cultural relevante devam ser objecto de especial protecção e valorização» (n.º 1 do artigo 2.º), independentemente do lugar ou do tempo da sua produção, nos termos da lei.

A valorização da cultura regional proporciona que novos tipos de Património possam vir a ser reconhecidos.

A noção de Património Histórico não se restringe à arquitectura, a respeito da indiscutível presença das edificações como um ponto alto de realização humana.

O significado de Património Histórico é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos tais como esculturas, pinturas, textos escritos (manuscritos ou impressos), variadas peças de valor etnológico, arquivos e colecções bibliográficas, desenhos artísticos ou científicos, peças significativas para o estudo da ergologia (parte da etnologia que trata da cultura material) de um povo ou de uma

época, o que no conjunto poderia definir como meio ambiente artificial, gerador de uma cultura.

Falar de Património Histórico e unir este tema ao turismo e ao lazer, significa preannunciar múltiplas combinações que implicam possibilidades reais de melhorias na qualidade de vida das comunidades onde este património está inserido, propiciando também a importância de preservar os bens culturais e a memória selectiva.

Se, por um lado, o Património Histórico foi um promotor para o desenvolvimento do turismo, por outro, o turismo foi responsável pela preservação desse património, pois embora reconhecida a importância do legado cultural, durante o Renascimento, os edificios não tinham um sentido sócio – cultural que levasse à sua restauração, preservação e conservação.

O Património Histórico é efectivamente um produto turístico que exerce sobre o consumidor atracção, uma vez que possui um forte carácter diferencial.

Neste quadro, cabe ressaltar, além da relação Património Histórico e Turismo, o próprio conceito de património e as atitudes fundamentais que se deve ter com este, pois dentro de um processo de usufruto, a sua integridade não pode ser colocada em risco e aqui, a educação patrimonial formal poderá ter uma palavra a dizer.

1.2 - Evolução do Conceito de Património Cultural

O património cultural de um país abarca todos os vestígios de actividade humana no seu ambiente físico. Estes constituem fontes insubstituíveis de informação sobre a vida e as actividades das pessoas, assim como sobre o desenvolvimento histórico de trabalhos artesanais, artísticos e técnicos.

Dado que os monumentos, os locais e os ambientes culturais são recursos não renováveis a sua gestão tem de ser baseada numa perspectiva a longo prazo.

Os monumentos e locais culturais são uma fonte de experiências emocionais daí que a sociedade moderna pode beneficiar da preservação e da utilização activa do seu património cultural.

Cronologicamente, como anteriormente se referiu é no período do Renascimento que encontramos a ideia de preservação de alguns testemunhos do passado.

O Renascimento define-se como um movimento cultural que surgiu em Itália no século XV, caracterizado por uma imitação da antiguidade greco-romana, especialmente na arte e na literatura, pela formação da ciência experimental e pelo desenvolvimento do individualismo. É grande o interesse dos renascentistas pelo raro e pelo exótico e também a sua curiosidade por tudo o que era novo, daí o gosto manifestado pelas colecções. O objecto dessas colecções foi muito variado, desde as obras de arte às relíquias antigas, incluindo o gosto pelos exóticos animais de outras paragens.

O contexto cultural do Renascimento, favoreceu a ideia de preservação de testemunhos do passado em que o Património monumental era interpretado enquanto documento.

O século XVIII assiste às primeiras acções de enquadramento legal para a conservação do Património monumental. No contexto do nosso país, encontramos no reinado de D. João V o primeiro documento legal sobre protecção de património, atribuindo um papel activo ao poder municipal. Em 1721 (citado por Lopes, 1994:7), o monarca legislava o seguinte:

“ (...) encarrego às Camaras das Cidades & Villas deste Reyno tenham muyto particular cuidado em conservar, & guardar todas as antiguidades sobreditas, & de semelhante qualidade que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos lemites do seu dstricto, & logo que se achar, ou descobrir alguma de novo darão conta ao secretario da dita Academia Real (...) & porque as pessoas que acharem algumas laminas, chapas, medalhas, & moedas antigas as quereirão vender, & reduzir a moeda corrente, as Camaras serão obrigadas a compralas & pagalas promptamente pelo seu justo valor”.

O monarca adverte também para a preservação do património móvel, nomeadamente *laminas, chapas, medalhas, & moedas antigas*, pelo seu valor histórico.

Este trecho testemunha a consciência da preservação de um património comum, e por conseguinte não deverá estar disperso por entidades individuais, sujeito à destruição e perda, daí legislar que “ (...) as Câmaras serão obrigadas a compralas & pagalas promptamente pelo seu justo valor”.

Este trecho é indicador de que no século XVIII já se procurava ter em conta a preservação do património, mas vai mais longe, na medida em que se pode perspectivar

uma visão actual, a de que os municípios têm uma responsabilidade acrescida na conservação e valorização do seu Património Histórico e Cultural.

No século XIX há uma crescente consciencialização da importância do património histórico. Para Alexandre Herculano (1810-1877), as categorias de bens no domínio do Património restringiam – se ao património edificado significativos para a formação da nacionalidade, tais como castelos, igrejas, palácios e mosteiros.

Em suma, desde o reinado de D. João V aos nossos dias, o conceito de defesa de bens patrimoniais evoluiu consideravelmente, dado que o quadro actual da legislação nacional e internacional em vigor, para além dos bens móveis e imóveis, contempla legados etnográficos, aldeias inteiras, vilas, cidades e paisagens, tudo aquilo que testemunhe o percurso cultural do passado humano.

Qual o significado etimológico da palavra *Património*? Temos que deriva do latim *patrimoniu* e encerra em si vários significados, como nos é referido no Grande Dicionário da Língua Portuguesa, coordenado por Machado, (1991):

“Herança paterna; bens de família; bens indispensáveis para a ordenação de qualquer eclesiástico; qualquer espécie de bens, materiais ou morais, pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou colectividade (...)”.

O património é um conceito vasto, entendido nas mais variadas acepções, porém no contexto histórico e cultural, esta palavra assume dimensões específicas que englobam o património natural e cultural. Este último, integra o material e imaterial onde os povos e os indivíduos encontram os pontos de referência da sua identidade.

Segundo a definição de Ferreira de Almeida (1993: 407-408),

“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a vicinal e paroquial, à concelhia, à regional, até à nacional e internacional”.

É através desta multiplicidade de conceitos inerentes ao Património que emerge a universalização de padrões, consequência do desenvolvimento tecnológico que faz com que a humanidade sinta cada vez mais a necessidade de salvaguardar os

testemunhos do passado cultural, que conferem a cada colectividade a sua personalidade.

A legislação que Portugal conheceu ao longo do século XX, relativamente aos bens culturais, poderá ser dividida, genericamente, em três períodos: (i) a primeira República; (ii) o Estado Novo; (iii) a Democracia Constitucional (após o 25 de Abril de 1974).

No que respeita à definição do conceito de Património, encontramos um seguimento, em termos da legislação, desde a primeira fase da República até à década de 60. Neste período de tempo entende-se como Património todos os objectos com valor histórico, artístico ou arqueológico (História, Arte e Arqueologia). Este conceito deixa de fora o material etnográfico, a técnica e a ciência (produção científica, instrumentos e objectos científicos), os jardins botânicos e os jardins zoológicos.

Mas os museus incluem estas dimensões de Património, uma vez que a política nacional, reflectida na lei, foi orientando o que os museus deveriam ou não manter como Património, contudo, com uma escassa margem de autonomia, os museus através dos seus representantes, foram tendo alguma influência sobre a decisão do que deve ou não ser preservado.

Em 1980, o Decreto-Lei n.º 245/80, afirma no seu preâmbulo que:

“A defesa do Património cultural é uma tarefa ingente que apela, na maior parte dos casos, para um trabalho de equipa interdisciplinar, do historiador, do arqueólogo, do historiador de arte, do químico e de outras especialidades das ciências humanas e sociais.”

O século XX assiste a uma verdadeira complexidade relativamente ao conceito de Património, devido à sua crescente importância e universalidade do tema.

Regista-se nos diversos documentos legais, mediáticos e políticos a valorização e revalorização do património histórico-cultural como meio de preservar a identidade de um povo (nação). Esta designação de Património histórico-cultural é distinta da designação de património construído, dado que este é menos ampla que aquele.

A respeito do património construído, Jorge Alarcão (1982:33), refere-se a este como sendo,

“ (...) muito simplesmente como aquilo que os homens edificaram, igrejas e mosteiros, casas e solares, castelos, praças-fortes e muralhas, prisões, azenhas, moinhos, espigueiros, fábricas (...), pelourinhos, alminhas ou cruzeiros, e o que vai sendo uso designar por mobiliário urbano, isto é, os coretos e os quiosques, as fontes, os candeeiros de iluminação pública, os bancos de praças e jardins”.

A designação ou conceito de património histórico-cultural inclui todos os elementos acima referidos de índole material, edificados mas, também todos os elementos de índole não material (o designado património imaterial), nomeadamente usos e costumes, danças, folclore, entre outras manifestações.

A ideia de que só os grandes monumentos históricos têm verdadeiro significado, está ultrapassada. Na verdade, o Património Cultural integra a designada cultura erudita e toda a herança cultural popular.

Os autores Manique e Proença (1994:56), referem a este propósito que,

“A valorização constante dos centros históricos das cidades e vilas revela uma dinâmica de salvaguarda da expressão e da história dos actos sociais das populações, mas não deve esquecer-se que a aldeia, o lugar, a zona rural, são também espaços onde abundam as expressões da intervenção humana no meio, as quais devem ser igualmente preservadas e estudadas. Dos instrumentos agrícolas, símbolos de modelos económicos passados, ao “mobiliário” urbano, constituído por coretos, quiosques, candeeiros de iluminação pública e bancos de jardim, passando pelas típicas casas (senhoriais ou rurais), estabelecimentos fabris antigos, pelourinhos, igrejas, e capelas locais, fontanários, azenhas, “alminhas” e pontes, a que se adicionam as manifestações imateriais de cultura, como festas e romarias, reveladoras de tradições, costumes e valores que caracterizam as matrizes regionais e locais da identidade nacional (...)”

Esta definição de património é de tal forma abrangente, que parece encerrar em si tudo o que a nossa memória se permite recordar e tudo aquilo que for capaz de encontrar.

Uma outra manifestação, valiosíssima e muito poderosa está na forma como um povo e a sua memória se reproduzem, no tempo, no espaço e nas vivências do

quotidiano e pode encontrar – se em volta da *arte, a festa, o sagrado, o lúdico e o efémero*. A este propósito Milheiro (1996: 67), sustenta que a celebração das festas populares em honra de santos está na origem da *Arte Efémera* “toda feita de materiais frágeis” que se destina a durar um curto espaço de tempo, ou seja, o tempo das festividades (e.g. Festa dos Tabuleiros em Tomar; Feira de S. Mateus em Viseu; a Romaria à Senhora do Almurtão em Idanha-a-Nova).

As festividades são manifestações ancestrais, simbolizam o modo de sentir e de estar de um povo e de uma determinada civilização. Como advoga a investigadora Milheiro (1996: 67),

“A Celebração e a Festa transformam o nosso quotidiano. Empréstam-lhe o maravilhoso e a alegria, e criam uma evasão indispensável para aliviar o “stress” das obrigações que nos oprimem e do trabalho que nos desgasta. A Festa provoca os momentos de socialização tão necessários para o homem: na festa as tensões recalcadas de cada um encontram a possibilidade de explodir, quebrando a rotina imposta ao ritmo de vida”.

A Festa para além de encerrar em si a componente lúdica, a celebração de ritos, o encontro das populações, também ‘promove’ a afirmação do poder político e do poder religioso.

Face a esta actual assunção diversificada do conceito de Património, pretendemos com o presente trabalho esclarecer os sentidos e analisar a complexidade estrutural que os nossos alunos sustentam acerca deste mesmo conceito.

Nos Currículos de História do Ensino Básico, o enfoque é dado às grandes construções históricas (monumentalidade arquitectónica), às diferentes concepções da escultura e pintura desde a Idade Clássica à Época Contemporânea.

A formação académica dos futuros docentes do Ensino Básico não inclui no elenco das suas áreas de estudo uma perspectiva abrangente do conceito de Património.

Por outro lado, ao nível das estruturas organizativas dos programas do Ministério da Educação, falta fazer um esforço no sentido de incluir outras dimensões do Património nos Programas Educativos.

Contudo, devemos estar conscientes de uma outra visão, não menos importante, que consiste na reabilitação do património etnográfico para fins turísticos. Existe o

perigo deste património poder vir a ser sujeito a uma certa desvalorização (entendido como sinónimo de desvirtuado), dado que qualquer função que se atribua a estes testemunhos como referentes do passado será sempre uma adulteração injustificável, a este respeito, Fernández de Paz e Agudo Torrico (1999:11) dizem-nos que:

“Se não se reproduz fielmente a manutenção dos supostos ou reais espaços criados, processos de produção e produtos resultantes (...), os testemunhos que pretendemos proteger na sua autenticidade (...) não foram concebidos para os gozos estéticos, ou os valores históricos que hoje lhes aplicamos”.

Se reflectirmos com algum critério, os diferentes artefactos artísticos, materiais e imateriais surgiram num dado contexto histórico, para dar resposta às necessidades quotidianas dos indivíduos que viviam da produção e consumo destes produtos culturais. Daí a necessidade de preservação da sua autenticidade em termos de produção e valorização.

A Cultura Popular é uma parte fundamental do ser humano. Através dela o Homem cria e reproduz símbolos, identidades e acções em que somente pela interpretação simbólica é possível dar sentido à sua vida e ao mundo que o rodeia.

A música, a dança, a festa, entre outras, integram a tradição da cultura popular, um património que deve ser acautelado para que não venha a ser desvirtuado.

1.3- Legislação sobre a Protecção do Património a nível nacional

Relativamente ao enquadramento jurídico em Portugal, remete – se para anexo, um quadro contendo a legislação nacional produzida desde 1932 até 1993, adaptado de Lopes (1996) incluindo a recente Lei nº 107/2001.

O inventário de Alarcão (1982), sobre a legislação produzida em Portugal sobre património, complementa a legislação anterior, uma vez que remonta ao ano de 1924, contendo algumas leis não incluídas em Lopes (1996). (*vide* anexo I)

A última lei publicada em Portugal, incluída no Quadro I regista uma profunda evolução quando comparada com o restante quadro legislativo.

Devido à sua importância e abrangência, procedamos à sua análise:



A Lei nº 107/2001, estabelece como elementos integrantes do conceito de Património:

1 – Todos os bens portadores de interesse cultural relevante;

2 - A Língua Portuguesa;

3 - Todos os bens com interesse cultural, nomeadamente: histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dado reflectirem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade;

4 – Os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva;

5 – Outros bens considerados por força de convenções internacionais;

6 – Bens materiais e imateriais e os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa;

7 – O ensino, a valorização e a defesa da língua Portuguesa;

8 – A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das regiões autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria;

O ponto 4 do Decreto-Lei nº 107/2001, que estabelece como elementos integrantes do conceito de património, “Os bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva” e no ponto 5 como “Bens materiais e imateriais e os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa”.

De realçar a inclusão explícita do conceito de bem material e imaterial, bem como a valorização dos respectivos contextos, dado que é convicção consensual que estes são elementos essenciais que garantem a não ‘desvirtualização’ do património.

Retomando a problemática em torno do património cultural erudito e popular, são múltiplas as alusões àquele, em diversos documentos e textos de produção nacional, supranacional ou de instituições de protecção ao Património, não governamentais. É menos frequente a alusão ao dito Património Cultural Popular. Este é integrado tardiamente como sendo uma das vertentes do Património não menos rico e não menos importante que o erudito.

Pacheco (1985:13-23), na sua obra *Portugal: Património Cultural Popular*, numa tentativa de definição do conceito em estudo, enquadra historicamente a sua evolução através da Constituição da República Portuguesa e em algumas Cartas e Convenções Internacionais. Sobre a noção de Património Cultural, nos nossos dias, conclui o seguinte:

“O folclore e todas as artes e saberes artesanais, os ofícios antigos e outras manifestações representativas da imaginação e sensibilidades criadoras das mais amplas camadas da população
(...) é um acto dinâmico (...) visando a salvaguarda da expressão e da história dos actos sociais de um povo e das suas marcas materiais e imateriais”
(Pacheco, 1985).

O autor acima citado refere-se a uma das dimensões da cultura popular quando afirma que

“O folclore está exposto, tal como as artes académicas, às mudanças temporais. Permanece, apesar disso, como fonte inesgotável de ensinamentos sobre a vida e os pensamentos das populações, é um reflexo fiel da sua organização colectiva.”. (Pacheco, 1985).

Na tentativa de problematizar o que é a arte popular, Pacheco (1985:22) afirma que,

“(...) a arte popular é, se quisermos, e no mais pleno sentido da palavra uma arte de pobres ou, pelo menos, dos mais pobres. A sua desvalorização é, portanto, a desvalorização de uma classe de gente, que constitui suporte insofismável da estrutura da sociedade.”

A definição de Património Cultural integra bens com interesse histórico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, etnográfico, científico, social, industrial e técnico. Estes diversos bens para serem considerados Património Cultural, devem reflectir valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade e exemplaridade.

Para finalizar este ponto, uma definição também interessante, dada pelo presidente do English Heritage, Simon, Thurley em 2005, a um jornalista do Público, quando esteve em Portugal,

“ Público: O que é que define o património?

Simon Thurley: As pessoas. Há dois erros comuns no que diz respeito ao património. O primeiro é pensar que é sobre edifícios, é sobre as pessoas e o que elas investem nos tijolos. O segundo é pensar que é sobre o passado, é sobre o futuro, o que ficará depois de nós desaparecermos (...).”

Por outras palavras, Património, é aquilo que uma dada geração considera dever ser deixado para o futuro, o contributo que cada um de nós pode e é capaz de dar.

1.4 - As Cartas Patrimoniais e a Legislação sobre a Protecção do Património a nível Nacional e Internacional

Desde há muito tempo que medidas administrativas foram adoptadas em antigos impérios e reinos para a protecção de edificações importantes para as suas sociedades como anteriormente já ficou explicitado. Porém, a partir do século XIX um pensamento mais estruturado sobre a protecção do património cultural começa a ser organizado.

Mas somente no início do século XX, é que posturas, legislações e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática

Em 1931, surge a Carta de Atenas, que discute a racionalização de procedimentos em arquitectura e propõe normas e condutas em relação à preservação e conservação de edificações, para terem carácter internacional e para garantirem a perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados.

As técnicas e as teorias dominantes a cada momento da evolução do pensamento sobre a preservação do património, muitas vezes conduziram à descaracterização de edifícios e monumentos de valor histórico, ao permitirem certas adaptações de técnicas construtivas e ao consentirem na modernização de instalações para a readaptação dos espaços às demandas da vida moderna.

Assim, com a evolução deste pensamento e relativamente a algumas das avaliações feitas, outras regulamentações e orientações foram sendo editadas, no esforço de controlo das modernizações que eram introduzidas por estas mesmas intervenções, e para o equacionar de directrizes de resgate da memória e da cultura na conservação do património edificado.

Uma maior e mais criteriosa abordagem sobre restauro aconteceu em 1964 com a elaboração da Carta de Veneza - Carta Internacional do Restauro.

As Cartas ao longo do tempo, têm permanecido actuais e são complementadas com novas normas e/ou recomendações que nos descortinam novos ou mais amplos procedimentos na preservação do património cultural.

Muitas Cartas, Recomendações e Leis propõem tipos de atitudes em relação aos bens patrimoniais. É necessário analisar os conceitos nelas contidos para uma atitude consciente na adopção de políticas de preservação do património.

A Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, foi adoptada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, em 1972. À presente data, mais de 150 países aderiram a esta Convenção, tornando-a num dos instrumentos legais internacionais mais universais para a protecção do Património Cultural e Natural.

A Convenção do Património Mundial estabelece quais os bens naturais e culturais que podem vir a ser inscritos na Lista do Património Mundial, fixando os deveres dos Estados membros quanto à identificação desses bens, assim como, o desempenho para a protecção e preservação dos mesmos.

Ao assinar a Convenção, cada Estado compromete-se não só a assegurar a conservação dos bens que se localizam no seu território como a proteger o seu património cultural e natural.

A característica mais original desta Convenção é a de reunir num mesmo documento noções de protecção da natureza e de preservação de bens culturais.

Portugal foi eleito em 1999 para o 'Comité' e, segundo as actuais regras de funcionamento daquele órgão, o seu mandato terminou em 2005, juntamente com a África do Sul, Bélgica, China, Colômbia, Egipto e Itália.

O 'Comité' do Património Mundial é responsável pela implementação da Convenção do Património Mundial, competindo-lhe decidir sobre as inscrições na Lista

do Património Mundial. Compete-lhe igualmente examinar os relatórios sobre o estado de conservação dos bens inscritos e de demandar aos Estados membros a tomada de medidas sempre que esses bens não estejam a ser correctamente geridos. O 'Comité' é ainda responsável pela concessão de subsídios dos Fundos do Património Mundial aos bens que necessitem de conservação ou restauro, assistência urgente em caso de perigo iminente, bem como assistência técnica e formação, ou actividades promocionais ou educativas.

Ser Estado membro da Convenção e membro do Comité implica inúmeras responsabilidades, sendo uma das principais, a de desenvolver uma ética de conservação do Património.

Promover equitativamente essa ética é sem dúvida um grande desafio, particularmente numa época onde a globalização económica conduz todas as nações a perseguir um desenvolvimento acelerado por vezes pouco preocupado com as suas consequências para o futuro.

Dos 690 bens, de 122 Estados, que o Comité do património mundial inscreveu na lista do Património mundial (529 bens culturais, 138 bens naturais e 23 bens mistos) 13 deles estão localizados em território português.

Portugal aderiu a esta Convenção em 1979, conforme consta do Decreto n.º 49/79, de 6 de Junho, que a publica.

Ao fazermos a análise das obras de autores portugueses consultadas para o efeito, quanto à evolução da legislação do conceito de património em Portugal, verifica-se que este anda a par da evolução da Legislação Internacional.

As Normas, Cartas, Convenções produzidas por organismos internacionais, tanto de índole governamental (UNESCO e Conselho da Europa), como de índole não governamental (ICOM e ICOMOS), são fontes fundamentais que estão na base da construção da legislação portuguesa, salvo algumas excepções. Toda a documentação/legislação internacional contém recomendações expressas a fim de orientar os governos e instituições dos distintos países a identificar, conservar, valorizar e divulgar o seu diversificado património.

Podemos concluir com segurança que existe uma estratégia comum entre os diversos países que integram esses organismos, o valor que atribuem ao património e as

preocupações no que respeita à sua conservação e preservação, são consideradas como um elemento fundamental da identidade de um povo.

Sob a denominação de *Salvar o Património Mundial*, a UNESCO (1972), inicia o seu texto que faz parte integrante da Convenção relativa à protecção do património mundial, cultural e natural, com a seguinte designação:

“ Quer se trate da Grande Muralha da China ou da Acrópole, do Taj Mahal, de Machu Picchu ou de parques nacionais como os de Kilimandjaro e do Grande Canyon, cada país herdou maravilhas da natureza ou da civilização que merecem ser preservadas para a posteridade (...)”.

A UNESCO é responsável pela protecção jurídica internacional do Património cultural. Administra a Convenção de Haia de 1954 para a protecção dos bens culturais no caso de conflito armado e seus Protocolos, a Convenção de 1970 sobre as medidas que devem adoptar-se para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais e as recomendações da UNESCO para a protecção do Património cultural.

A acção desta organização internacional no âmbito do Património material articula-se em torno de três eixos: “prevenção, gestão e intervenção”, como refere González- Valcácel, (1982:109).

São diversas as alusões a estas cartas e convenções em outros documentos sobre Património consultados. È por isso importante a leitura de documentos internacionais, a fim de compreendermos a evolução do pensamento contemporâneo sobre Património.

O século XX assistiu a uma legítima preocupação pela identificação, preservação e divulgação do Património Arquitectónico. Esta preocupação circunscreveu-se aos monumentos majestosos, impregnados de um simbolismo secular: como igrejas, capelas, mosteiros, conventos, edifícios públicos que representam um dado estilo arquitectónico, entre outros. À imagem das cidades medievais, cujas muralhas alargavam para o burgo circundante, também o conceito de Património se foi alargando aos centros históricos, para por fim ser alargado às questões ambientalistas e ecologistas.

Após o segundo grande conflito mundial (1945), é criada a Organização das Nações Unidas (ONU), com objectivos claros de suprimir as deficiências da Sociedade das Nações (S.D.N) que se havia extinguido. A UNESCO é criada pela ONU,

“ (...) tendo por missão contribuir para a manutenção da paz e da segurança ao estreitar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.”

A UNESCO recebe a contribuição de Organizações não governamentais, nomeadamente o ICOM e ICOMOS. O *Conselho da Europa* exerceu forte influência na abordagem ao conceito de Património, Lopes (1996:11) refere-nos que este organismo,

“ (...) está na origem, sobretudo a partir dos anos setenta, de novos princípios e filosofias de abordagem do património, que defendem uma visão mais alargada, pois não a limita aos grandes monumentos históricos (catedrais, palácios, castelos), mas engloba todas as componentes do ambiente humanizado e edificado (centros históricos, conjuntos rurais, património de interesse técnico e industrial, arquitectónico dos séculos XIX e XX).”

A Carta de Atenas (1931), foi o primeiro documento oficial a nível internacional, no seu texto refere por diversas vezes expressões como: *protecção dos monumentos; obras históricas e artísticas do passado; monumentos de carácter histórico ou artístico; monumentos de interesse histórico, artístico ou científico; monumentos antigos; esculturas monumentais; conservação de ruínas; património artístico e arqueológico, etc...*

O documento de 1931 reflecte uma preocupação centrada na monumentalidade das construções, não revelando ainda preocupação com outras categorias de património. Contudo, a Carta de Atenas (1931) faz um apelo explícito ao papel dos educadores, ao formular o voto de que,

“ (...) os educadores habituem as crianças e os jovens a abstraírem-se de degradar os monumentos, sejam eles quais forem e ensinam - os a interessarem-se mais, de uma maneira geral, pela protecção dos testemunhos de toda a civilização.”

A Convenção de Haia (1954), surge nove anos após a II Guerra Mundial, num contexto histórico de recuperação da Europa das consequências da guerra, com uma consciência colectiva assente na necessidade de protecção dos bens culturais em caso de conflito de armado.

“Os bens, móveis ou imóveis, que apresentam uma grande importância para o Património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitectura, de arte ou de História, religiosos ou laicos, os sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que, enquanto tais, apresentam um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros ou outros objectos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as colecções científicas e as colecções importantes de livros, de arquivos ou de reproduções de bens definidos abaixo.”

Neste documento, evidencia-se um claro alargamento do conceito de Património, não se restringindo apenas à designação de Património arquitectónico.

Ainda segundo Lopes (2004:136) a Carta refere, no seu Capítulo VII – Programas Educativos, no art. 27,

1 - Os Estados parte na presente Convenção esforçar-se-ão, por todos os meios apropriados, nomeadamente mediante programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural definido nos artigos 1º e 2º da Convenção.

2 - Comprometem-se a informar largamente o público das ameaças a que está sujeito tal património e das actividades levadas a cabo em aplicação da presente Convenção.

Inclui os monumentos arquitectónicos como Património a preservar, acrescentando a designação de grupos de construções isoladas ou reunidas, e os sítios (obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza).

No que diz respeito à designação de Património Natural é considerado pela presente Convenção (1972:50) podemos ler o seguinte,

“ (...) monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grandes grupos de tais formações que têm um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico, formações geológicas e fisiográficas e zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação, sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que têm um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (...)”.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975), surge com o objectivo de salvaguardar e de promover os ideais e os princípios que são comuns ao seu património.

O património arquitectónico tem um valor educativo fundamental, dado que nos oferece uma matéria privilegiada de explicação e comparação das suas formas e exemplos das suas utilizações. Torna-se imperioso, por conseguinte, conservar os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências, protegendo-os. Para efectuar a protecção e conservação, o Conselho da Europa defende a criação de meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos.

A Carta do Turismo Cultural (1976:63), esclarece que o “turismo é um facto social, humano, económico e cultural irreversível”.

A verdade é que o turismo cultural tem, entre outros objectivos, a descoberta de sítios e monumentos.

O presente documento adverte para o seguinte,

“Conscientes da extrema necessidade onde se trata de modificar a atitude do público mais vasto à luz dos fenómenos decorrentes do desenvolvimento maciço das necessidades turísticas, é necessário que, desde a escola, a criança e o jovem sejam educados na compreensão e no respeito pelos sítios, pelos monumentos e pelo Património artístico e que todos os órgãos de informação escrita, falada e visual exponham ao público os dados do problema, contribuindo assim para uma efectiva tomada de consciência universal”.

Na Idade Média os nobres deslocavam – se de uns locais para outros motivados pela vontade e necessidade de enriquecimento cultural. Realizar viagens conferia para os que nela se aventuravam status e conhecimentos sobre os lugares por onde haviam

passado e, tornavam-nos aptos depois para assumir importantes papéis nos seus locais de origem.

Certamente que estes registos e ensinamentos contribuíram, posteriormente para a formação dos mais jovens numa perspectiva de educação formal.

A Recomendação de Nairobi (1976), relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e suas funções na vida contemporânea, propõe nos seus princípios gerais, quanto à salvaguarda dos centros históricos através da educação formal, na parte V – Pesquisa, Ensino e Informação, diz o seguinte:

“... A tomada de consciência em relação à necessidade de salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós – escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio e o cinema e as exposições itinerantes”.

(...)

O documento denominado de Apelo de Granada (1976), realça as preocupações com as transformações efectuadas no meio rural: abandono da agricultura, êxodo rural, bem como a necessidade de criar condições para salvaguardar tudo o que for de interesse patrimonial em meio rural.

A Carta de Florença (1981:79), define o que são jardins históricos. No seu artigo 1 refere,

“Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta, um interesse público. Como tal é considerado monumento.”

Do ponto de vista educacional, os documentos supramencionados, remetem para duas visões que marcaram a História em termos patrimoniais, pelas diferentes “heranças” das sociedades rural e urbana. O contributo dado por estes traduz-se na importância da preservação de distintos tipos de património, embora cada um deles com peculiar importância.

O documento Resolução 813 relativa à arquitectura contemporânea do Conselho da Europa, (1983:83), exprime a necessidade de integrar uma construção

contemporânea humana e de qualidade inserida na arquitectura existente, ou seja, que as construções actuais não desvirtuem as antigas. Evidenciam o desejo de,

“Chamar a atenção para a necessidade de integrar uma construção contemporânea humanizada e de qualidade no conjunto da arquitectura existente, com vista a garantir uma certa continuidade na tradição arquitectónica;

Procurar assegurar o prosseguimento da expansão das cidades e vilas europeias sempre no respeito pela importância da conservação do carácter dos centros históricos existentes;

Sensibilizar antes de tudo o público para a concepção arquitectural através de uma formação estética, uma educação ambiental, exposições de arquitectura e debates públicos onde os media possam desempenhar um papel importante nomeadamente ao nível local.”

A Convenção de Granada (1985), define o que são bens imóveis:

a) monumentos; b) conjuntos arquitectónicos; c) os sítios.

Da alínea a), fazem parte todas as realizações particularmente notáveis devido ao seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico e compreendendo as instalações ou os elementos decorativos que façam parte integrante destas realizações.

Da alínea b), fazem parte os agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico e suficientemente coerentes para serem objecto de uma delimitação topográfica.

Da alínea c) fazem parte as obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos para serem objecto de uma delimitação topográfica, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico. (pp. 85,86).

A Convenção de Granada, designada por Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985), foi adoptada em Portugal em 1991. Além do interesse artístico, histórico e arqueológico (já patente na legislação portuguesa em décadas anteriores), emergem três novos motivos de classificação: (i) interesses científicos; (ii) interesses sociais e (iii) interesses técnicos.

Da Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (1990), consta o artigo 1 (Definição e introdução) referindo que,

“O património arqueológico é parte do nosso Património material (...). Ele engloba todos os traços da existência humana e diz respeito aos lugares onde são exercidas as actividades humanas, quaisquer que elas sejam, as estruturas e os vestígios abandonados de todos os tipos, à superfície, no subsolo ou sob a água, assim como o material que lhe esteja associado.”

Para além do artigo I – Definição e Introdução, contém outros artigos concernentes à política de conservação integrada (II), legislação e economia (III), inventários, intervenções sobre os sítios (IV), manutenção e conservação (V), apresentação, informação e reconstituição (VI), qualificações profissionais (VII) e cooperação internacional (VIII). São oito artigos dedicados inteiramente à questão do Património Arqueológico.

O Simpósio de Cracóvia (1991:97), subordinado ao tema *A herança cultural dos Estados participantes na Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa*, dá-se após a queda do muro de Berlim. Nele participam diversos países do mundo. Os Estados participantes

“ (...) saúdam com satisfação as profundas mudanças políticas que ocorreram na Europa (...), sublinham a contribuição dada pela cultura, ultrapassando as divisões do passado e estreitando as relações entre os estados participantes.”

Realçam a diversidade cultural regional, como expressão da riqueza da identidade cultural. Expressam a vontade comum em que a criação e divulgação da cultura entre os Estados se processe em plena liberdade, nas suas mais diversas expressões ou formas: livros, música, teatro, audio-visual, pintura, escultura, etc..., bem como a convicção de que a cultura é uma herança comum, devendo ser transmitida às gerações futuras. Este documento chama a cultura popular do passado, incluindo culturas indígenas, nomeadamente as práticas simbólicas, objectos técnicos e conhecimentos, bem como linguagens.

Apelam à cooperação entre os estados membros no que concerne à inventariação, critérios de selecção, métodos de conservação e preservação, de todos os bens que se encontram no seu seio.

O Simpósio de Cracóvia (1991), sustenta uma definição de bens culturais, ou seja, de Património diversificada, bem como o reforço da ideia de cooperação entre os diferentes estados membros, convictos de que a cultura deve promover a boa vizinhança e a cooperação entre autoridades e organizações não governamentais (p. 100).

A Convenção de Londres (1992), regista no artigo 1, ponto 2 e 3 o seguinte,

“Para este fim, são considerados como elementos do Património arqueológico todos os vestígios, bens ou outros traços da existência da humanidade no passado (...). Incluem-se no Património arqueológico as estruturas, construções, conjuntos arquitecturais, sítios transformados pelo homem, testemunhos mobiliários, monumentos de outra natureza, assim como o seu contexto, quer estejam situados no solo ou na água.”

No artigo 9, concernente à sensibilização pública refere que,

“Cada parte deve encarregar-se de empreender uma acção educativa com vista a desencadear e desenvolver junto da opinião pública uma consciência do valor do Património arqueológico para o conhecimento do passado e dos perigos que ameaçam este Património.”

O Documento de Nara (1994), foi redigido por 45 participantes, tendo sido convidados pela Direcção dos Assuntos Culturais do governo japonês e da prefeitura de Nara.

A conferência foi organizada em cooperação com a UNESCO, o ICOM e ICOMOS.

O Documento de Nara (1994), constitui um prolongamento conceptual da Carta de Veneza. Do seu preâmbulo, destaque-se o ponto 4, dado que o mesmo nos adverte para os aspectos inerentes à globalização, realçando que,

“Num mundo dominado pelas forças da globalização e da banalização e no seio do qual a reivindicação da identidade cultural se exprime por vezes através de um nacionalismo agressivo e da eliminação das culturas

minoritárias, também é fundamental a contribuição da conservação do Património cultural, para respeitar e trazer à luz todas as facetas da memória colectiva da humanidade.”

A diversidade cultural deve preservar-se, dado constituir “uma riqueza intelectual e espiritual insubstituível para toda a humanidade”. Um princípio fundamental da UNESCO consiste em considerar que o património cultural de cada um é o património cultural de todos.

Foi feita uma breve resenha sobre a evolução do conceito de património a nível Internacional, e feita uma análise de alguns dos documentos escritos: Cartas e Convenções Internacionais, a fim de contribuir para o esclarecimento do assunto em estudo.

A partir de uma leitura atenta da legislação convencional que se foi produzindo no decorrer do século XX, sobre normativas inerentes à valorização e preservação do património, a Convenção de 1972 é aquela que mais se destaca, e onde todas as outras vão “comungar” dos mesmos princípios.

No século XX, a velha imagem monumentalista do termo património histórico, vem dando lugar a uma nova interpretação, emergindo para uma categorização mais abrangente de património cultural, que inclui o valor de testemunhos de culturas que produzem bens/obras de valor material e imaterial, introduzindo os bens de interesse etnográfico (ex: tradição, conhecimentos, actividades).

O Património cultural é entendido como identidade de uma região, de um povo, de uma etnia, de uma nação.

Face ao crescendo exponencial de uma sociedade urbana cada vez mais despersonalizada, existe a real consciencialização na procura de “expressões” de velhas autenticidades, de espaços e modos de vida nos quais se projecta a imagem de um passado rico em termos da sua cultura imaterial, da oferta que se faz deste património como expressão passado.

No entender de (Fernandez de Paz e Agudo Torrico 1999:11) aos usos que damos aos bens que entendemos como Património, dependerá a sua continuidade futura”.

Conclui-se ainda que se desaparecerem os “hábitos” económicos e sociais, desaparecerão também os espaços criados, os conhecimentos desenvolvidos para a sua

produção e os próprios bens que se produzem. Daí a importância para a sensibilidade do problema em questão.

São disso testemunho a comercialização e sobrevalorização de alguns produtos como os Adufes, Galos de Barcelos, Lenço dos Namorados, as Marafonas de Monsanto, entre outros, onde cada região manifesta a sua expressão cultural.

O equilíbrio entre o progresso e a tradição por vezes torna – se difícil. Neste sentido, a Comunidade Europeia incentiva o denominado turismo rural (também designado turismo cultural) a fim de brindar os habitantes das grandes cidades com um mundo rural, com as suas paisagens naturais, artesanais e velhos rituais ocupando assim também um espaço de lazer cultural.

Embora Portugal possua um excelente índice de Turismo, existem algumas condicionantes na organização de itinerários culturais, ou seja, na necessidade de haver uma intervenção integrada em parceria com várias entidades, a fim de que os itinerários resultem no bem-estar de quem os procura.

Os sítios e/ou monumentos com interesse devem incluir tudo o que os envolve, nomeadamente a arquitectura erudita e popular, festas e romarias, como podemos ver nos Guias de Turismo do início do século.

À designação de Património Cultural são associadas imagens representadas por conceitos como: autenticidade, tradição, intemporalidade, saberes e experiências ancestrais. Porém, existem diferentes discursos sobre o conceito de Património que remetem para a necessidade de os contextualizarmos.

Afinal quais os princípios que definem o que é, e o que não é Património?

A relevância cultural? A cultura tradicional? A cultura popular? Porque na realidade quanto aos grandes testemunhos (e.g. castelos, palácios, catedrais, e obras de arte) não se coloca problema algum, dado existir uma definição segura e consensual.

Esta problemática remete-nos para a pertinência de uma visão holística, a fim de se ultrapassar a falsa diferença valorativa entre o material e o imaterial.

O conceito de património etnográfico que vigorou na Europa até aos anos 70, circunscrevia-se aos bens de natureza material. Progressivamente foi emergindo a ideia de que também o integram determinados bens de natureza não material.

Património etnográfico é definido em função do seu carácter “tradicional”.

O que pode ser considerado tradicional? Os significados dos conceitos variam ao longo do tempo, em função da mudança “ que actua em maior ou menor grau sobre as culturas”. Contudo, Gomez Pellón (1999:26) entende que no caso do conceito *traditio* essa variabilidade não se aplica, dado que se tem vindo a “implantar desde há muitos séculos, e em alguns âmbitos como o jurídico, a ideia de *traditio* resulta insubstituível pela sua extraordinária utilidade”. Qual o fundamento contido na ideia de *traditio* como sendo condição insubstituível para delimitar o que é ou não é fenómeno cultural? Precisamente porque,

“Os elementos que integram uma cultura devem ter a suficiente estabilidade para que os indivíduos que vivem nela possam conhecer as regras básicas que devem usar, as quais, portanto, não podem ter uma variabilidade ilimitada.”
(Gomez Pellón, 1999)

São escassas as publicações dedicadas ao património móvel, comparativamente com o património imóvel. Dentro do Património móvel integra-se o património escrito e acerca deste as publicações são ainda mais raras. Dado constatar-se tal evidência, Nunes (1993:126), a respeito de tal assunto defende que,

“ O conhecimento do património bibliográfico existente em Portugal, a sua inventariação, preservação, conservação e conseqüente divulgação e valorização são etapas necessárias e urgentes, indissociáveis e complementares para a afirmação da nossa identidade cultural, quando as fronteiras da Europa se vão abrir definitivamente.”

Este pequeno excerto remete-nos para a constatação de um vazio de leis jurídicas vinculativas, inerentes às questões do património e de índole supranacional, dado que um paradigma centrado no Estado não responde às exigências actuais, propondo-se o modelo de paradigma da sociedade global. Isto é, se um bem patrimonial é comum à humanidade não deve nem pode permanecer à mercê de um Estado, sem que um quadro jurídico vinculativo possa actuar e ter força de lei a nível supranacional.

A consciência actualmente desenvolvida sobre o legado artístico justifica a criação de um corpo verdadeiramente autónomo de regras jurídicas internacionais a fim

de proteger os elementos representativos dessa memória estética e arquitectónica da humanidade no seu conjunto.

Em síntese: está patente nesta ideia o interesse na protecção dos elementos do património cultural, não se limitando a tarefa a cada Estado, mas residir na comunidade internacional no seu conjunto.

Como escreve Kiss (1982: 165), “ a mutilação da Pietà de Miguel Ângelo, ou os desgastes sofridos pelo Templo de Angkor, tocam a sensibilidade de todo o mundo culto, que experimenta um sentimento e perda irreparável”.

Segundo a opinião de Pureza (1998: 259) «o Direito Internacional coloca-se ao serviço da defesa da singularidade de bens e sítios, dado que estes são símbolos da sensibilidade artística ou arquitectónica de uma parcela temporal e espacial da humanidade». Este património assume uma natureza comum, superando-se a sua “normal” pertença aos patrimónios nacionais sobrepondo-se antes como património comum da humanidade.

Quando falamos das Cartas e Convenções, estamos a referir-nos à elaboração normativa da UNESCO e transparece destes diversos documentos um argumento comum, sustentado pelo princípio de que a protecção nacional dos bens que apresentam um valor universal excepcional, carece de insuficiência de meios (económicos, científicos e técnicos) para a sua preservação, logo impõe-se remeter essa protecção para organismos internacionais capazes.

O Preâmbulo da Convenção de 1972 regista que a degradação de um bem patrimonial constitui um empobrecimento do património de todos os povos e sublinha de seguida que a protecção nacional é frequentemente insuficiente. A fim de solucionar esta insuficiência, defende o princípio de que é e deve ser a comunidade internacional a desempenhar essa “função supletiva e complementar dos mecanismos de protecção interna” (Pureza, 1998).

Contudo, a Convenção de 1972 sustenta a sua argumentação a favor da defesa do património em obrigações apenas de valor convencional e mesmo o dever de cooperar (previsto no artigo 6º, nº1), será devidamente concretizado, mas tendo em conta o respeito pela soberania de cada Estado territorial. Acrescentam a estes princípios, “a criação de um sistema de cooperação e de ajuda internacional destinado a assistir os Estados partes na Convenção nos seus esforços (...)” (Pureza, 1998).

Registe-se que para além do quadro normativo sustentado pela Convenção de 1972, a Conferência Geral da UNESCO expressa recomendações precisas, dentro do mesmo âmbito, nos seguintes momentos que passamos a enumerar:

- Princípios Internacionais Aplicáveis às Estações Arqueológicas (5 de Dezembro 1956).
- Conservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas (1968).
- Protecção a nível nacional do património cultural e natural (16 de Novembro 1972).
- Salvaguarda das áreas históricas ou tradicionais e o seu papel na vida contemporânea (adoptada em Nairobi em 1976).

Estamos perante um quadro de recomendações, apelando insistentemente aos Estados membros a rápida adopção de medidas (legislativas, administrativas, técnicas, financeiras ou científicas), a fim de estimular a cooperação interna (de cada Estado), através da influência sobre o desenvolvimento dos direitos nacionais e sobre a coordenação das políticas nacionais.

No entender de Mongin (1997), os sintomas da crise da Consciência Histórica traduzem – se por uma busca de referências culturais e identitárias de um povo, de uma nação.

A conjuntura histórica actual é marcada pela chamada “crise da modernidade”, dado que o fenómeno da globalização gera reacções profundas e antagónicas.

A busca de raízes identitárias conduz à valorização do elemento nacional, ou seja, de diferenciação em relação ao outro. A busca das origens e da tradição de um passado, através do fenómeno da memória colectiva, é a busca de pontos de referência e de valores seguros. A identidade cultural é em si uma construção ideal.

A procura da identidade pode ser realizada por várias vias, uma delas é através do seu Património. No entender de Pierre Nora (1996:68), “o Património histórico é o laço que prende o indivíduo à colectividade, é o peso que enraíza o cidadão ao passado”.

O Património constitui assim a própria marca de uma identidade. O Património não pode ser apenas circunscrito aos monumentos nacionais, mas inclui também os

lugares materializados e imaterializados (os monumentos, as cerimónias, os emblemas, os museus, os dicionários, os rituais), cuja conotação se reveste de simbólico.

1.5 - Património, Globalização e Novos Desafios

A participação e identificação da população na salvaguarda do património cultural validam a pertinência do envolvimento social dos cidadãos na sua preservação através da participação activa junto das políticas públicas e da instrumentalização urbanística. A implementação de medidas pedagógicas junto da sociedade é, por isso, o garante da salvaguarda da herança cultural.

Para um desenvolvimento sustentado das cidades históricas é necessário, para além do esforço concertado de políticas institucionais, a participação activa dos cidadãos obtida a partir do sentido de consciência social. Os habitantes são o garante da permanência das especificidades locais, sendo estes a única arma que pode funcionar como garante de sobrevivência da cultura local, a longo prazo, perante os efeitos destruidores da globalização.

Neste contexto e considerando que os sentimentos de identidade cultural e de pertença a um passado comum se desenvolvem, principalmente, na infância e na juventude, e que é a partir da educação e sensibilização dos mais jovens que se pode gerar uma sociedade mais solidária na defesa dos vestígios materiais, a educação patrimonial assume um papel essencial na sociedade. Esta nova “disciplina” ou a introdução de novos “conteúdos” relacionados com este tema, transcendem o tradicional ensino da História e estão mais próximos de uma disciplina de educação para o meio, no sentido cívico e pedagógico e poderá funcionar como motor de coesão social através das potencialidades comunitárias e identitárias que veicula.

Através da criação de programas para a preservação do Património e tendo a Escola como principal agente transmissor, a acção educativa e didáctica em torno do património cultural contribuirá para a criação de uma atitude crítica e de participação activa na defesa do Património.

A tradicional delimitação Espaço-Tempo a que as identidades culturais estiveram subordinadas até ao último quartel do século XX, foi claramente modificada

pela revolução tecnológica, informativa e económica, pela globalização e pelas inovadoras estruturas “em rede”. Estas transformações, estando na base das novas instrumentalizações sociais e políticas, conduzem, sem dúvida, a uma ampliação da visão e dos limites do conceito de Património Cultural do novo milénio.

O tradicional conceito de monumentalidade arquitectónica e artística dá, cada vez mais, lugar a uma mudança radical na “escala” e na tipologia do que entendemos como património, tendo surgido mesmo algumas novas tipologias e escalas tais como a “paisagem cultural” ou “não classificada”. Reflexo de uma diferente valoração, esta nova realidade patrimonial é fruto da multiplicidade de experiências dos percursos da identidade face às redes sociais multiculturais. Chegamos assim a um novo conceito de Paisagem Multicultural, desta feita orientado por um novo binómio Cultura-Espaço, ao qual foi retirado o ónus da estaticidade para dar lugar a um “*continuum*” no mosaico cultural que é a paisagem social do século XXI. Esta paisagem já não pertence forçosamente a um único grupo mas é, ou pode ser, adoptada por qualquer grupo ou indivíduo do planeta, tratando-se de um património de tipo social, simbólico e identificador, ou antes, de um património universal.

CAPÍTULO II - O PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL NO CURRÍCULO DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

“A educação deve organizar-se à volta de quatro aprendizagens fundamentais que, durante toda a vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver em comum, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as actividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes.” (UNESCO:1996)

2.1 – Princípios Gerais do Programa do 1º Ciclo do Ensino Básico/Currículo Nacional do Ensino Básico

O presente estudo incide em conjecturar a abordagem da Educação Patrimonial em contexto escolar, nomeadamente no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Importa conhecer os pressupostos, conteúdo e metas que contemplam este nível de ensino, para assim se entender um enquadramento lógico e sequencial desta temática.

A explanação que se segue obedece a uma escolha criteriosa do programa da disciplina de Estudo do Meio.

2.1.1 — Objectivos Gerais do Ensino Básico

“O ensino básico consubstancia-se, de facto, no quadro de uma formação universal, porque abrangente de todos os indivíduos, alargada, por se ter estendido a nove anos de escolaridade, e homogénea, na medida em que não estabelece vias diferenciadas nem opções prematuras, susceptíveis de criar discriminações.

Como tal, o ensino básico constitui-se como a etapa da escolaridade em que se concretiza, de forma mais ampla, o princípio democrático que informa todo o sistema educativo e contribui por sua vez, decisivamente, para aprofundar a democratização da sociedade, numa perspectiva de desenvolvimento e de progresso, quer promovendo a realização individual de todos os cidadãos, em harmonia com os valores da solidariedade social, quer preparando-os para uma intervenção útil e responsável na comunidade ...”¹

¹ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

- Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
 - Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
 - Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- Nas diferentes dimensões o programa protagoniza uma delas: a das aquisições básicas e intelectuais fundamentais que constitui o suporte de um saber estruturado em domínios diversificados e implica promover:

- “- o domínio progressivo dos meios de expressão e de comunicação verbais e não verbais;
- a compreensão da estrutura e do funcionamento básico da língua portuguesa em situações de comunicação oral e escrita;
- o conhecimento dos valores característicos da língua, história e cultura portuguesas;
- o reconhecimento de que a língua portuguesa é um instrumento vivo de transmissão e criação da cultura nacional, de abertura a outras culturas e de realização pessoal.”

2.1.2. — Estrutura Curricular do Ensino Básico

De acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 6/2001 de 18 de Janeiro, a organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios:

“...

f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;

...

h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida.”²

² In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

Em conformidade com a actual legislação são inscritas três áreas curriculares não disciplinares, visando responder a necessidades identificadas no processo de formação e desenvolvimento dos alunos e cujos objectivos são os seguintes:

- **Área de Projecto**, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;

- **Estudo Acompanhado**, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação, pelos alunos, de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;

- **Formação Cívica**, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

2.1.2.1 – O Desenho Curricular e estrutura da disciplina de Estudo do Meio

Matriz Curricular do 1º Ciclo

COMPONENTES DO CURRÍCULO	
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares de frequência obrigatória: Língua Portuguesa; Matemática; Estudo do Meio; Expressões (Artísticas; Físico-Motoras.)
	Formação Pessoal e Social
	Áreas curriculares não disciplinares (a): Área de projecto; Estudo Acompanhado; Formação cívica.
	Total: 25 horas
	Áreas curriculares disciplinares de frequência facultativa (b): Educação Moral e Religiosa (b).
	Total: 1 hora
TOTAL: 26 horas	
	Actividades de enriquecimento (c)

- (a) Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias de informação e da comunicação, e constar explicitamente do projecto curricular da turma.
- (b) Nos termos do n.º 5 do artigo 5.º
- (c) Actividades de carácter facultativo, nos termos do artigo 9.º, incluindo uma possível iniciação a uma língua estrangeira, nos termos do n.º 1 do artigo 7.º

O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências. (**Decreto-Lei n.º 209/02**, de 17 de Outubro que altera o artigo 13.º e os anexos I, II e III do **Decreto Lei n.º 6/2001**, de 18 de Janeiro)

2.1.2.2 - Orientações para a Gestão Curricular

O Despacho n.º 19 575/2006, de 25 de Setembro, define os tempos mínimos semanais para a leccionação dos programas e o desenvolvimento dos currículos das áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio, tendo em vista o reforço dos saberes básicos e o desenvolvimento das competências essenciais nos primeiros anos de escolaridade:

- 8 horas para a Língua Portuguesa (incluindo uma hora diária para a leitura);
- 7 horas para a Matemática;
- 5 horas para o Estudo do Meio (metade para o Ensino Experimental das Ciências);
- 5 horas para serem geridas de forma flexível nas áreas das expressões e restantes áreas curriculares.

Princípios e Sugestões para a gestão do currículo do 1º ciclo:

- Estudo do Meio – Ensino das Ciências

Tempo de trabalho semanal: 5 horas, metade das quais em Ensino Experimental das Ciências.

O Estudo do Meio é, por natureza, uma área curricular interdisciplinar e globalizadora que reúne os principais ramos do saber - científico, tecnológico e social - que contribuem para a compreensão do mundo.

Várias disciplinas dão, assim, um contributo para o desenvolvimento de competências no âmbito do Estudo do Meio: a Biologia, a Geologia, a Química, a

Física, a Geografia e a História. Neste contexto, aparece de forma integradora a Educação Patrimonial. É importante que os alunos compreendam, progressivamente, que existem assuntos, metodologias, técnicas e formas de pensar.

O Estudo do Meio deve proporcionar aos alunos oportunidades para desenvolverem saberes e competências que lhes permitam tomar decisões e agir de forma sensível aos assuntos ambientais, patrimoniais que tenham em conta o desenvolvimento sustentável, e de desenvolverem competências e formas de estar próprias de uma cidadania activa, que envolva conhecimento sobre os seus direitos e responsabilidades sociais a nível local e global.

2.2 — Princípios Orientadores da Acção Pedagógica no 1.º Ciclo

As aprendizagens activas pressupõem que os alunos tenham a oportunidade de viver situações estimulantes de trabalho escolar que vão da actividade física e da manipulação dos objectos e meios didácticos, à descoberta permanente de novos percursos e de outros saberes.

As aprendizagens significativas relacionam-se com as vivências efectivamente realizadas pelos alunos fora ou dentro da escola e que decorrem da sua história pessoal ou que a ela se ligam.

As aprendizagens diversificadas apontam para a vantagem, largamente conhecida, da utilização de recursos variados que permitam uma pluralidade de enfoques dos conteúdos abordados.

As aprendizagens integradas decorrem das realidades vivenciadas ou imaginadas que possam ter sentido para a cultura de cada aluno. As experiências e os saberes anteriormente adquiridos recriam e integram, no conhecimento, as novas descobertas.

As aprendizagens socializadoras garantem a formação moral e crítica na apropriação dos saberes e no desenvolvimento das concepções científicas. As formas de organização do trabalho escolar contribuem para o exercício das trocas culturais, da circulação partilhada da informação e da criação de hábitos de interajuda em todas as actividades educativas. Os métodos e as técnicas a utilizar no processo de aprendizagem

hãode, por conseguinte, reproduzir as formas de autonomia e de solidariedade que a educação democrática exige.

2.3 — Componentes dos Domínios Disciplinares

Cada domínio disciplinar do currículo integra os seguintes componentes:

- Princípios Orientadores que propõem fundamentos e apontam para perspectivas estratégicas de desenvolvimento das práticas educativas nos diversos domínios disciplinares que integram o currículo;

- Objectivos Gerais do domínio disciplinar ou interdisciplinar que enunciam as competências globais que cada aluno terá de atingir até ao fim do 1.º Ciclo no respectivo domínio do currículo;

- Blocos de Aprendizagem que correspondem a conjuntos de actividades de aprendizagem designados por um conceito, por um tema articulador ou pela designação de uma etapa de desenvolvimento da actividade curricular.

Cada Bloco, enquanto capítulo ou segmento de um domínio disciplinar, é composto por quatro etapas de actividades que correspondem a cada um dos quatro anos do 1.º Ciclo.

Os Blocos são introduzidos por um pequeno texto de orientação teórica e pedagógica para cada um dos sub-domínios ou segmentos da acção educativa.

O conteúdo de cada Bloco é constituído por conjuntos de listas de actividades de aprendizagem ou experiências educativas enunciadas sob a forma de objectivos de acção.

Cada conjunto dessas actividades integra-se num enunciado mais genérico de acção ou num conceito ou tema aglutinador das referidas actividades para cada domínio do saber ou programa.

2.4 - Análise do Programa do 1º Ciclo do Ensino Básico/Currículo Nacional do Ensino Básico

2.4.1 - Estudo do Meio - Princípios Gerais

“Todas as crianças possuem um conjunto de experiências e saberes que foram acumulando ao longo da sua vida, no contacto com o meio que as rodeia.

Cabe à escola valorizar, reforçar, ampliar e iniciar a sistematização dessas experiências e saberes, de modo a permitir, aos alunos, a realização de aprendizagens posteriores mais complexas.

O meio local, espaço vivido, deverá ser o objecto privilegiado de uma primeira aprendizagem metódica e sistemática da criança já que, nestas idades, o pensamento está voltado para a aprendizagem concreta.

...

As crianças deste nível etário apercebem-se da realidade como um todo globalizado. Por esta razão, o Estudo do Meio é apresentado como uma área para a qual concorrem conceitos e métodos de várias disciplinas científicas como a História, a Geografia, as Ciências da Natureza, a Etnografia, entre outras, procurando, assim, contribuir para a compreensão progressiva das inter-relações entre a Natureza e a Sociedade.

...

O programa de Estudo do Meio apresenta-se organizado em blocos de conteúdos antecedidos de um texto introdutório onde é definida a sua natureza e são dadas algumas indicações de carácter metodológico.”³

³ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

2.4.2 - OBJECTIVOS GERAIS

Passo a citar os objectivos gerais que constam do Programa Nacional do 1º Ciclo do Ensino Básico na disciplina de Estudo do Meio.

“...

5 — Desenvolver e estruturar noções de espaço e de tempo e identificar alguns elementos relativos à História e à Geografia de Portugal.

6 — Utilizar alguns processos simples de conhecimento da realidade envolvente (observar, descrever, formular questões e problemas, avançar possíveis respostas, ensaiar, verificar), assumindo uma atitude de permanente pesquisa e experimentação.

7 — Seleccionar diferentes fontes de informação (orais, escritas, observação... etc.) e utilizar diversas formas de recolha e de tratamento de dados simples (entrevistas, inquéritos, cartazes, gráficos, tabelas).

10 — Reconhecer e valorizar o seu património histórico e cultural e desenvolver o respeito por outros povos e culturas, rejeitando qualquer tipo de discriminação.”⁴

2.4.2.1- Análise aos diferentes blocos que compõem o programa da disciplina nos diferentes anos de escolaridade:

BLOCO 1 — À DESCOBERTA DE SI MESMO

Com este bloco pretende-se que os alunos estruturem o conhecimento de si próprios, desenvolvendo, ao mesmo tempo, atitudes de auto-estima e autoconfiança e de valorização da sua identidade e das suas raízes.

O estudo da história pessoal será um bom ponto de partida para que os alunos vão estruturando a noção de tempo. Para isso deve iniciar-se a localização de acontecimentos da vida das crianças numa linha de tempo, que terá a mesma função dos mapas para as localizações no espaço.

⁴ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

1º ANO

O SEU PASSADO PRÓXIMO

- Descrever a sucessão de actos praticados ao longo do dia, da semana...:
- localizar no espaço;
- localizar numa linha de tempo;
- estabelecer relações de anterioridade, posteridade e simultaneidade (antes de, depois de, ao mesmo tempo que);
- reconhecer unidades de tempo: dia e semana;
- nomear os dias da semana.

AS SUAS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO PRÓXIMO

O que irá fazer amanhã, no fim-de-semana, nas férias que estão próximas...:

- exprimir aspirações;
- enunciar projectos.

2º ANO

O PASSADO MAIS LONGÍNQUO DA CRIANÇA

• Reconhecer datas e factos (data de nascimento, quando começou a andar e a falar...):

- localizar, numa linha de tempo, datas e factos significativos;
- reconhecer unidades de tempo: o mês e o ano;
- identificar o ano comum e o ano bissexto.
- Localizar, em mapas, o local do nascimento, locais onde tenha vivido anteriormente ou tenha passado férias...

AS SUAS PERSPECTIVAS PARA UM FUTURO MAIS LONGÍNQUO

- O que irá fazer nas férias grandes, no ano que vem:
- exprimir aspirações;
- enunciar projectos.

3º ANO

A SUA NATURALIDADE E NACIONALIDADE

- Distinguir freguesia/concelho/distrito/país.

BLOCO 2 — À DESCOBERTA DOS OUTROS E DAS INSTITUIÇÕES

O âmbito de estudo da criança vai alargar-se aos outros, primeiramente aos que lhe estão mais próximos e depois, progressivamente, aos mais distantes no tempo e no espaço.

A escola, como instituição em que os alunos participam, é o lugar privilegiado para a vivência e aprendizagem do modo de viver em sociedade.

Embora as noções relativas ao tempo atravessem todo o programa, é fundamentalmente neste bloco que se agrupam os conteúdos referentes ao tempo histórico, partindo da história da família da criança para se alargar à história do meio local e às suas ligações com a história nacional.

Os factos da sua história familiar deverão ser assinalados em linhas de tempo (construídas pelos alunos e pelo professor). No que se refere à história local e nacional, os registos serão efectuados num friso cronológico da História de Portugal.

É importante que os alunos reconheçam que os vestígios de outras épocas (sejam eles monumentos, fotografias, documentos escritos, tradições, etc.) constituem fontes de informação que eles podem utilizar, de uma forma elementar, na reconstituição do passado. Pretende-se, assim, contribuir para o desenvolvimento de atitudes de respeito pelo património histórico, sua conservação e valorização.

1º ANO

OS MEMBROS DA SUA FAMÍLIA

- Conhecer os nomes próprios, apelidos, sexo, idade.
- Estabelecer relações de parentesco (pai, mãe, irmãos, avós).
- Representar a sua família (pinturas, desenhos...).

2º ANO

O PASSADO PRÓXIMO FAMILIAR

- Reconhecer datas e factos (aniversários, festas...):
- Localizar, numa linha de tempo, datas e factos significativos.
- Localizar, em mapas ou plantas: local de nascimento, habitação, trabalho, férias...

INSTITUIÇÕES E SERVIÇOS EXISTENTES NA COMUNIDADE

- Contactar e recolher dados sobre colectividades, serviços de saúde, correios, bancos, organizações religiosas, autarquias...

3º ANO

O PASSADO DO MEIO LOCAL

- Identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral...
- Conhecer factos e datas importantes para a história local (origem da povoação, concessão de forais, batalhas, lendas históricas...).
- Conhecer vestígios do passado local:
 - construções (habitações, castelos, moinhos, antigas fábricas, igrejas, monumentos pré-históricos, pontes, solares, pelourinhos...);
 - alfaias e instrumentos antigos e actividades a que estavam ligados; costumes e tradições locais (festas, jogos tradicionais, medicina popular, trajes, gastronomia...);
 - feriado municipal (acontecimento a que está ligado).
- Reconhecer a importância do património histórico local.

CONHECER COSTUMES E TRADIÇÕES DE OUTROS POVOS

RECONHECER SÍMBOLOS LOCAIS (BANDEIRAS E BRASÕES)

- Da freguesia.
- Do concelho.
- Do distrito.

CONHECER SÍMBOLOS REGIONAIS (BANDEIRAS E HINOS REGIONAIS)

- Dos Açores.
- Da Madeira.

OUTRAS CULTURAS DA SUA COMUNIDADE

- Conhecer aspectos da cultura das minorias que eventualmente habitem na localidade ou bairro (costumes, língua, gastronomia, música...).

4º ANO

O PASSADO DO MEIO LOCAL

- Pesquisar sobre o passado de uma instituição local (escola, autarquia, instituições religiosas, associações...):
- — Recorrer a fontes orais e documentais para a reconstituição do passado da instituição.

O PASSADO NACIONAL

- Conhecer personagens e factos da história nacional com relevância para o meio local (batalha ocorrida em local próximo, reis que concederam forais a localidades da região...).
- Conhecer os factos históricos que se relacionam com os feriados nacionais e seu significado.
- Recolher dados sobre aspectos da vida quotidiana de tempo em que ocorreram esses factos.
- Localizar os factos e as datas estudados no friso cronológico da História de Portugal.
- Conhecer unidades de tempo: o século.

RECONHECER SÍMBOLOS NACIONAIS

- Bandeira nacional.
- Hino nacional.

BLOCO 3 — À DESCOBERTA DO AMBIENTE NATURAL

“Este bloco compreende os conteúdos relacionados com os elementos básicos do meio físico (o ar, a água, as rochas, o solo), os seres vivos que nele vivem, o clima, o relevo e os astros.

A curiosidade infantil pelos fenómenos naturais deve ser estimulada e os alunos encorajados a levantar questões e a procurar respostas para eles através de experiências e pesquisas simples.

Os estudos a realizar terão por base a observação directa, utilizando todos os sentidos, a recolha de amostras, sem prejudicar o ambiente, assim como a experimentação.

Os alunos deverão utilizar, em situações concretas, instrumentos de observação e medida como, por exemplo, o termómetro, a bússola, a lupa, os binóculos...

É importante que, desde o início, os alunos façam registos daquilo que observam.

O professor deve fomentar nos alunos atitudes de respeito pela vida e pela Natureza, assim como sensibilizá-los para os aspectos estéticos do ambiente.”⁵

2º ANO

OS SERES VIVOS DO SEU AMBIENTE

- Observar e identificar algumas plantas mais comuns existentes no ambiente próximo:
 - plantas espontâneas;
 - plantas cultivadas;
 - reconhecer diferentes ambientes onde vivem as plantas;
 - conhecer partes constitutivas das plantas mais comuns (raiz, caule, folhas, flores e frutos);

⁵ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

— registar variações do aspecto, ao longo do ano, de um arbusto ou de uma árvore.

• Observar e identificar alguns animais mais comuns existentes no ambiente próximo:

— animais selvagens;

— animais domésticos;

— reconhecer diferentes ambientes onde vivem os animais (terra, água, ar);

— reconhecer características externas de alguns animais (corpo coberto de penas, pêlos, escamas, bico, garras...);

— recolher dados sobre o modo de vida desses animais (o que comem, como se reproduzem, como se deslocam...).

CONHECER ASPECTOS FÍSICOS E SERES VIVOS DE OUTRAS REGIÕES OU PAÍSES

3º ANO

ASPECTOS FÍSICOS DO MEIO LOCAL

• Recolher amostras de diferentes tipos de solo:

— identificar algumas das suas características (cor, textura, cheiro, permeabilidade);

— procurar o que se encontra no solo (animais, pedras, restos de seres vivos).

• Recolher amostras de rochas existentes no ambiente próximo:

— identificar algumas das suas características (cor, textura, dureza...);

— reconhecer a utilidade de algumas rochas.

• Distinguir formas de relevo existentes na região (elevações, vales, planícies...):

— observar directamente e indirectamente (fotografias, ilustrações...);

— localizar em mapas.

• Distinguir meios aquáticos existentes na região (cursos de água, oceano, lagoas...):

— localizar em mapas;

— reconhecer nascente, foz, margem direita e esquerda, afluentes.

4º ANO

ASPECTOS FÍSICOS DE PORTUGAL

- Identificar os maiores rios (Tejo, Douro, Guadiana, Mondego, Sado):
 - localizar no mapa de Portugal;
 - observar directa ou indirectamente (fotografias, ilustrações...).
- Identificar as maiores elevações (Pico, Serra da Estrela, Pico do Areeiro):
 - localizar no mapa de Portugal;
 - observar directa ou indirectamente (fotografias, ilustrações...).

BLOCO 4 — À DESCOBERTA DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE ESPAÇOS

“Embora as referências espaciais devam estar presentes ao longo de todo o programa (qualquer facto estudado deve ser sempre localizado no espaço), é fundamentalmente neste bloco que se agrupam os conteúdos relativos ao espaço.

A criança tem uma percepção subjectiva do espaço que foi adquirido ao longo da sua vida através das relações que estabeleceu com os objectos.

É importante sublinhar que as noções de espaço se constroem através da acumulação de experiências práticas em todas as situações que envolvam deslocações, localizações, distâncias...

Desde o início da escolaridade o professor deverá programar actividades que permitam a objectivação e alargamento dessas noções.

O conhecimento dos espaços familiares permitirá à criança, por associação e comparação, compreender outros espaços mais longínquos.

Assim, é importante que os alunos representem os espaços que conhecem ou vão explorando, através de desenhos, plantas, maquetas, traçando itinerários...

Progressivamente deverão tomar contacto com diferentes tipos de plantas e mapas convencionais.

Pretende-se, igualmente, que os alunos tomem consciência de que não existem espaços isolados mas, pelo contrário, se estabelecem ligações e

fluxos de vária ordem que vão desde a circulação de pessoas e bens à troca de ideias e informação.”⁶

3º ANO

OS SEUS ITINERÁRIOS

- Descrever itinerários não diários (passeios, visitas de estudo, férias...).
- Localizar os pontos de partida e de chegada.
- Traçar os itinerários em plantas ou mapas.

LOCALIZAR ESPAÇOS EM RELAÇÃO A UM PONTO DE REFERÊNCIA

- Identificar processos de orientação (sol, bússola...).
- Conhecer os pontos cardeais.

4º ANO

O CONTACTO ENTRE A TERRA E O MAR

- Observar directa ou indirectamente:
 - alguns aspectos da costa (praias, arribas, dunas, cabos...);
 - alguns aspectos da costa portuguesa («Ria» de Aveiro, Cabo Carvoeiro, Cabo da Roca, Estuário do Tejo e do Sado, Ponta de Sagres).
- Localizar no mapa de Portugal.
- Localizar em mapas ilhas e arquipélagos (Açores e Madeira).

⁶ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

BLOCO 6 — À DESCOBERTA DAS INTER-RELAÇÕES ENTRE A NATUREZA E A SOCIEDADE

“Toda a actividade humana deixa marcas e provoca alterações na Natureza. Essas alterações podem ser positivas quando o Homem, através da ciência e da técnica, consegue superar, de algum modo, obstáculos e adversidades naturais, ou negativas, quando produz desequilíbrios que podem levar ao esgotamento de recursos, à extinção de espécies, à destruição do ambiente. Neste sentido, devem promover-se atitudes relacionadas com a conservação e melhoria do ambiente, o uso racional dos recursos naturais, assim como de uma participação esclarecida e activa na resolução de problemas ambientais. O estudo das actividades económicas, dada a sua complexidade, deve relacionar-se com a realidade próxima dos alunos, partindo sempre da observação directa com recolha de informação através de entrevistas, recolha de imagens, etc. Assim, os pontos do programa assinalados com asterisco apenas serão abordados quando forem significativos a nível local.”⁷

3º ANO

A AGRICULTURA DO MEIO LOCAL

- Fazer o levantamento de algumas técnicas utilizadas pelo homem para superar dificuldades originadas por factores naturais (estufas, rega, socalcos, adubação...).
- Investigar algumas técnicas tradicionais e modernas e instrumentos que lhe estão associados (lavra-arado/tractor, rega/picota, nora/aspersão...).
- Observar o ritmo dos trabalhos agrícolas ao longo do ano (sementeiras, mondas, colheitas...).

⁷ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

A ACTIVIDADE PISCATÓRIA NO MEIO LOCAL

- Fazer o levantamento de locais de pesca da região (mar, rios, lagoas, albufeiras).
- Fazer o levantamento das principais espécies pescadas na região (peixes, crustáceos, bivalves...).
- Reconhecer a pesca como fonte de alimentos.
- Reconhecer a pesca como fonte de matérias-primas (conservas, farinha de peixe...).
- Reconhecer formas de criação de peixes em cativeiro (viveiros de trutas, achigãs...).
- Identificar alguns factores que podem pôr em perigo as espécies aquáticas (poluição, pesca excessiva...).
- Fazer o levantamento de algumas técnicas de pesca (tipo de barcos, de redes...).
- Reconhecer formas de comercialização e conservação do pescado (lotas, redes de frio...).
- Fazer o levantamento de outras actividades ligadas aos meios aquáticos (extracção de sal, apanha de algas).

A EXPLORAÇÃO MINERAL DO MEIO LOCAL

- Fazer o levantamento de locais de exploração mineral (mina, pedreiras, areiros...).
- Fazer o levantamento dos principais produtos minerais da região.
- Reconhecer a exploração mineral como fonte de matérias-primas (construção, indústria...).
- Identificar alguns perigos para o homem e para o ambiente decorrentes da exploração mineral (poluição provocada pelas pedreiras, silicose dos mineiros...).

A INDÚSTRIA DO MEIO LOCAL

- Fazer o levantamento das indústrias existentes no meio local.
- Identificar algumas matérias-primas usadas nessas indústrias (de onde vêm, como vêm...).
- Identificar fontes de energia utilizadas na sua transformação.
- Identificar a mão-de-obra e observar a maquinaria utilizada.
- Identificar para onde vão e como vão os produtos finais.
- Reconhecer as indústrias como fontes de poluição (atmosférica, aquática, Sonora...).

O TURISMO NO MEIO LOCAL

- Identificar alguns factores de atracção turística (praias, parques naturais, termas, monumentos...).
- Reconhecer algumas infra-estruturas turísticas da região (hotéis, parques de campismo, restaurantes...).
- Discutir vantagens e desvantagens do turismo para a região.

AS CONSTRUÇÕES DO MEIO LOCAL

- Observar edifícios construídos e em diversas fases de construção.
- Identificar materiais utilizados na sua construção.
- Identificar profissões envolvidas na sua construção.
- Reconhecer funções dos edifícios (habitação, comércio, teatro, locais de culto, indústrias...).

4º ANO

PRINCIPAIS ACTIVIDADES PRODUTIVAS NACIONAIS

- Reconhecer a agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, indústria, comércio e serviços como actividades económicas importantes em Portugal.

QUALIDADE DO AMBIENTE

- Reconhecer a importância das reservas e parques naturais para a preservação do equilíbrio entre a Natureza e a Sociedade.

2.4.2.2 - O Estudo do Meio no 1º Ciclo do Ensino Básico – Competências Essenciais

Princípios e valores orientadores do currículo

“A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica toma como referentes os pressupostos da lei de bases do sistema educativo, sustentando – se num conjunto de valores e de princípios que a seguir se enunciam:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social;
- ...
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções;
- ...
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural;”⁸

Competências gerais

À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

- (1) Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.
- (2) Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber, cultural, científico e tecnológico para se expressar;

2.4.2.3 - A disciplina de Estudo do Meio – Competências Essenciais

“O Meio pode ser entendido como um conjunto de elementos, fenómenos, acontecimentos, factores e ou processos de diversa índole que ocorrem no meio envolvente e no qual a vida e a acção das pessoas têm lugar e adquirem significado.”

Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais

⁸ In Organização Curricular e Programas Ensino Básico 1ºCiclo

“O conhecimento do Meio abarca todos os níveis do conhecimento humano: desde a experiência sensorial directa até aos conceitos mais abstractos; desde a comprovação pessoal até ao conhecido através do testemunho, da informação e do ensino de outros; desde a apreensão global do Meio, até à captação analítica dos diversos elementos que o integram.”

Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais

No 1º Ciclo do Ensino Básico a área de Estudo do Meio proporciona aos alunos a oportunidade de se envolverem em aprendizagens que partem do experiencialmente vivido e do conhecimento estruturado dado pelo professor que permitem desenvolver na criança capacidades para compreender e actuar sobre o Meio de modo consciente e criativo.

O carácter globalizador desta área, é enriquecido com os contributos específicos de várias ciências, como a História, as Ciências Físicas e Naturais, a Geografia, a Geologia entre outras que permitem à criança desenvolver conhecimentos em vários domínios, também estes ligados às diferentes expressões do Património.

A partir do estudo de temas ou de questões decorrentes dos conteúdos a leccionar ou até decorrentes da observação da realidade que lhes é próxima, os alunos problematizam e investigam, isto é colocam hipóteses, pesquisam, recolhem e tratam informação que levam ou não à resposta de determinados problemas relacionados com o Meio.

O carácter interdisciplinar e igualmente integrador que o Estudo do Meio assume na gestão do currículo do 1º ciclo, permite ao professor organizar e gerir o processo de ensino – aprendizagem de modo a promover o desenvolvimento de competências que integram *o saber, o saber fazer e o saber ser*, de modo a garantir a qualidade das aprendizagens e a diversidade do saber.

A mobilização de saberes de outras áreas disciplinares como por exemplo as áreas de Matemática e Língua Portuguesa, constituem requisitos fundamentais nesta convergência e articulação de saberes tão diferentes e tão intimamente relacionados com o património e com as questões culturais, históricas físicas entre outras que este pode assumir. Não só nas actividades de leitura e escrita de textos ou de tratamento estatístico de dados, mas relativamente a aspectos igualmente importantes e que têm a ver com os

conteúdos de cada disciplina (produções e estudo do Património Literário Oral de cada região, a Matemática e os seus instrumentos mais antigos...)

A dimensão em termos didácticos que este pode assumir, pode vir a constituir a próxima grande “revolução” que o ensino pode vir a sofrer nos próximos anos uma vez que este tema pode ser tratado em todas as disciplinas e aplicado ao estudo do meio local, favorecendo e enriquecendo as aprendizagens dos alunos nos diferentes níveis de escolaridade.

Como exemplo do que acima referi, podemos articular e promover a interdisciplinaridade com uma flexibilidade consentida no Programa do 1º Ciclo relativamente às diferentes áreas do conhecimento, como na área de Língua Portuguesa. Para isso cito uma pequena parte do programa da disciplina de Língua Portuguesa para os diferentes anos de escolaridade, no conteúdo comunicação oral, cujo objectivo é desenvolver nos alunos o gosto pela recolha de produções do património literário oral ao longo dos quatro anos de escolaridade.

1º ANO

COMUNICAÇÃO ORAL

- Criar o gosto pela recolha de produções do património literário oral
 - Recolher produções do património literário oral (lengalengas, adivinhas, rimas, trava-línguas, contos, cantares).
 - Participar em jogos de reprodução da literatura oral (reproduzir trava-línguas, lengalengas, rimas, cantares).
 - Reconhecer elementos sonoros comuns e diferentes (em rimas, lengalengas, trava-línguas).
 - Construir rimas, cantilenas...

2º ANO

COMUNICAÇÃO ORAL

- Criar o gosto pela recolha de produções do património literário oral
 - Recolher produções do património literário oral (lengalengas, adivinhas, rimas, trava-línguas, contos, cantares).
 - Participar em jogos de reprodução da literatura oral (reproduzir trava-línguas, lengalengas, rimas, adivinhas).
 - Participar na produção de rimas, cantilenas
 - Reconhecer elementos sonoros comuns e diferentes em rimas, lengalengas...
 - Construir rimas, lengalengas...

3º ANO

COMUNICAÇÃO ORAL

- Criar o gosto pela recolha de produções do património literário oral
 - Recolher e seleccionar produções do património literário oral (contos, lendas, cantares, quadras populares, lengalengas, trava-línguas...).
 - Participar em jogos de reprodução da literatura oral (reproduzir trava-línguas, lengalengas, rimas, adivinhas, cantares, contos).
 - Comparar versões diferentes dos mesmos contos.
 - Participar na produção de rimas, lengalengas.

4º ANO

COMUNICAÇÃO ORAL

- Criar o gosto pela recolha de produções do património literário oral
 - Recolher e seleccionar produções do património literário oral (contos, lendas, cantares, quadras populares, lengalengas, trava-línguas).
 - Participar em jogos de reprodução da literatura oral (reproduzir trava-línguas, lengalengas, rimas, adivinhas, contos...).
 - Comparar versões diferentes dos mesmos contos.
 - Colaborar na produção de contos (com companheiros, com o professor...).

CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

É nossa intenção neste capítulo, esclarecer os processos metodológicos utilizados, ou seja, fazer referência ao plano de investigação, às opções metodológicas e ao significado e qualidade do estudo, assim como as estratégias de recolha e análise de informação.

3.1- Opções metodológicas e escolha do caso

Pelo facto de pretender estudar uma entidade bem definida, (um agrupamento de escolas) relativamente aos conhecimentos e expectativas que os alunos revelam no final do 1º ciclo do ensino básico ciclo acerca da ideia que fazem sobre educação patrimonial na disciplina de Estudo do Meio para posterior análise e respectivos indicadores considere adequado utilizar como design de investigação o estudo de caso (Ponte, 1994). Esta metodologia é adequada porque as variáveis relevantes estão muito embebidas na entidade em estudo e a investigação assume –se como particularista, isto é, “debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (Ponte, 1994, p. 3).

Matos e Carreira (1994), defendem que o estudo de caso é adequado quando o fenómeno de estudo não se pode isolar do contexto, sendo um meio de investigar fenómenos imersos em unidades sociais complexas que incluem múltiplos elementos potencialmente importantes para a compreensão desse fenómeno, o que corresponde à situação desta investigação.

No caso considerado neste trabalho procurei criar uma estrutura descritiva, factual do objecto de estudo, em que se expressam as opiniões dos intervenientes e ao mesmo tempo se problematiza o seu objecto, interpretando os questionários confrontando com outras análises. A natureza desta investigação é empírica, dado que se baseou fortemente no trabalho de campo e se estudou cada uma das tarefas no seu

contexto real, procurando tirar partido das múltiplas fontes de dados (Yin, 1984, citado em Ponte, 1994).

Este estudo de caso viveu de uma abordagem essencialmente qualitativa, apesar de também se terem recolhido dados quantitativos. Tanto os dados qualitativos como quantitativos foram usados na análise e interpretação dos casos. Os quantitativos permitiram ver as tendências maioritárias, o peso das opiniões contrárias, permitiram comparar itens em opiniões diferentes; os qualitativos permitiram compreender e aprofundar algumas das perspectivas dos intervenientes.

As tarefas foram realizadas por todos os alunos, e os questionários foram distribuídos aos alunos das turmas escolhidas (alunos de turmas de 4º ano de escolaridade unicamente, bem como alunos de quarto ano que integram turmas com os quatro anos de escolaridade). Nunca se pretendeu, nem parece adequado em investigações educacionais desta natureza, ter grupos de controlo. Neste sentido, dado que não houve grupos de controlo versus grupos “experimentais”, em que as tarefas seriam diferentes, este não é um estudo experimental. Poderá considerar-se experimental no sentido em que se procurou através de experiências diversas avaliar o que se passa, do ponto de vista dos alunos, e da interpretação que fazem das questões que lhe foram colocadas.

Na investigação em educação a tónica não deve ser colocada na dualidade quantitativo-qualitativo, mas sim num plano de análise mais global. Esta perspectiva é defendida por Matos e Carreira (1994), que no plano da conceptualização definem dois paradigmas fundamentais: “um paradigma interpretativo, em que os fenómenos são olhados com o objectivo de criar uma teoria que os explique e, em oposição, um paradigma positivista, em que se procuram dados que confirmem uma dada teoria” (p.22). Estes autores defendem ainda que o estudo de caso não tem características de intervenção, exigindo mesmo um certo distanciamento em relação ao objecto em análise, condições que penso ter respeitado em relação aos casos tratados que são tarefas, apesar de considerar ter estado inserida num projecto de investigação-acção, logo de intervenção, com as quatro professoras participantes no estudo.

3.2. A recolha de dados

Neste trabalho, obtiveram-se dados sobre a forma como os alunos valorizam o estudo feito sobre o conceito de Património na disciplina de Estudo do Meio e perspectivam-no no sentido deste ser pertinente para a sua formação neste âmbito e a necessidade para a sua integração no currículo tendo em vista pensar de forma mais adequada e profunda acerca destes aspectos (Lessard-Hébert et al., 1994).

Segundo os autores, existem três modos principais de recolha de dados: inquérito sob a forma de entrevista ou questionário, a observação (directa ou participante) e a análise documental. Para proceder à recolha de dados optou-se por aplicar a técnica de inquérito sob a forma de questionário (*vide* Anexo II).

Os dados foram recolhidos em contexto de sala de aula, sob a supervisão das professoras titulares das turmas

Para a aplicação do questionário, solicitou-se por meio de ofício, autorização à Directora do Agrupamento de Escolas, precedida da autorização da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular.

Inicialmente aplicámos um teste a um grupo de controlo, para isso procedeu-se a uma escolha aleatória de 10 alunos aos quais foi aplicado o questionário e que funcionaram como grupo piloto no sentido de aferir a adequação da linguagem à faixa etária e o tempo de realização do mesmo.

Este procedimento verificou-se de bastante utilidade, pois todos os alunos responderam sozinhos sem qualquer ajuda a todas as questões.

Em relação à variável tempo também se evidencia a sua mais-valia, uma vez que aquando da sua generalização em termos de aplicação se veiculou em tempo útil aos docentes dos alunos objecto de estudo, o tempo médio de realização do mesmo.

Concluiu-se que uma aula de quarenta e cinco minutos seria suficiente para responder ao questionário. Foram ainda solicitadas autorizações aos encarregados de educação para que os seus educandos respondessem ao mesmo. (*vide* anexo III).

3.3 - Análise dos dados

A análise de dados envolve o trabalho com os dados, desde a parte mais orgânica de transcrição, contagens de dados dos questionários, até à divisão em unidades de análise, procura de padrões, descoberta de aspectos importantes, de forma a que a compreensão sobre esses dados aumente. Passa ainda pela decisão do que será relevante para ser apresentado aos outros (Bogdam & Biklen, 1982).

Neste trabalho existiram dois momentos de análise distintos. O primeiro foi destinado a organizar as ideias, clarificar os objectivos e concretizar as questões do estudo. À medida que os dados iam sendo recolhidos, num segundo momento, procedemos à análise detalhada dos questionários, que permitiu categorizar as respostas por tipologias.

Relativamente à técnica de recolha de dados, foi utilizado como anteriormente se referiu, o inquérito por questionário escrito, com formulação de perguntas abertas e/ou fechadas.

Os questionários, foram analisados em categorias previamente definidas, de acordo com o que se pretendia classificar, definiu-se uma estrutura de partida que se manteve nos itens principais (*vide* anexo IV)

No entanto, em cada um dos itens fui procedendo a alterações e ajustes, de forma a tornar o caso menos descritivo e mais analítico.

Para finalizar, procurei compreender as perspectivas dos alunos, interpretando globalmente os dados dos questionários das turmas, ao mesmo tempo que realçava as particularidades existentes em cada uma das respostas, complementando e aprofundando esta análise com uma interpretação mais fiel possível aos resultados.

3.4 -ESTUDO DE CASO

3.4.1 – Caracterização do Meio

A componente empírica deste trabalho de investigação realizou – se na cidade de Santiago do Cacém com a aplicação de instrumento de recolha de dados devidamente autorizado pela Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (*vide* anexo V), e a concordância da directora do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém.

Santiago do Cacém, um dos maiores municípios de Portugal, tem uma área de 1058 km² e uma população total de 31.105 habitantes, ou seja, uma densidade populacional de 28,7 habitantes por km², distribuídos por 11 freguesias: Abela, Alvalade, Cercal do Alentejo, Ermidas-Sado, Santa Cruz, Santiago do Cacém, Santo André, São Bartolomeu da Serra, São Domingos, São Francisco da Serra e Vale de Água.

O município é limitado a norte pelo concelho de Grândola, a nordeste, por Ferreira do Alentejo, a leste, por Aljustrel, a sul, por Ourique e Odemira e a oeste, por Sines.

O concelho ostenta uma grande diversidade e valor paisagísticos, desde a zona plana dissecada pela rede hidrográfica (constituída pelo rio Sado e seus afluentes) às zonas planas e baixas, na parte noroeste do concelho, dando mesmo lugar à formação de lagoas (devido à existência de um cordão de dunas e areias de praia), sem esquecer o rico património arquitectónico e arqueológico, indiciador de uma grande riqueza histórica.

Dotada de uma localização geográfica estratégica, as populações humanas procuraram, desde épocas remotas, esta região para se estabelecer. As escavações efectuadas no Castelo Velho, onde se situam as ruínas romanas de Miróbriga, demonstram que a região foi habitada desde a Pré-história.

Originariamente povoado pré-celta, aglomerado urbano celta, foi romanizado até ao período pós-imperial, mais concretamente desde o séc. I a.C. até ao séc. V d.C.

O concelho tem vindo a ganhar relevância do ponto de vista turístico, nomeadamente através da promoção e valorização do seu património natural

3.4.2 – Caracterização do Agrupamento de Escolas

O Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, localizado na freguesia e Concelho de Santiago do Cacém, foi constituído no ano lectivo 2004/2005. É uma unidade de gestão constituída por diversos órgãos de administração e gestão e com organização pedagógica dotada de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica.

A Escola Básica 2,3 Frei André da Veiga é a sede do Agrupamento de Escolas, onde funcionarão, a partir do ano lectivo 2009/2010, a Educação Pré-Escolar e os 1º, 2º e 3º Ciclos de Ensino. Fazem também, parte deste Agrupamento os estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Escolas do 1º Ciclo, situadas nas áreas rurais.

O Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, relativamente à população escolar, é constituído, à data, por 890 alunos distribuídos da seguinte forma:

Pré – escolar – 143 alunos

1º Ciclo – 352 alunos

2º Ciclo – 232 alunos

3º Ciclo – 119 alunos

CEF – 23 alunos

O texto introdutório do Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, começa da seguinte maneira:

“Para que o Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém se torne viável, terá de reflectir a realidade do Agrupamento e do Meio em que as suas escolas se inserem. Os seus objectivos devem ser capazes de ser trabalhados e de motivar a comunidade escolar no seu desenvolvimento, aproveitando e valorizando o património cultural e natural da região.”

Julgo por isso que cada vez mais se impõe dar uma resposta concreta a esta questão que tão frequentemente serve de mote a tantos projectos educativos das escolas do nosso país, onde as experiências nesta área são uma constante, mas também as há

que continuam aquém da vontade e do conhecimento da sua região, sendo mais fácil até descobri-las através de programas de televisão, sem qualquer demérito para os mesmos.

Os concelhos limítrofes têm parcerias com a Universidade de Évora sobre a vida marítima, têm recursos no seu património natural, como a Lagoa de Santo André e Sancha, para não falar dos sítios como Miróbriga.

3.4.3 – População -Alvo

O objecto de estudo, como havia sido já referido, foram os 85 alunos do 4º ano de escolaridade distribuídos pelas 10 turmas que fazem parte do agrupamento de escolas de Santiago do Cacém, à excepção de dois alunos que por serem alunos com Necessidades Educativas Especiais de Carácter Permanente e do Domínio Cognitivo, não reuniam condições para responder autonomamente.

3.4.4 - Objectivos do Questionário

Os objectivos deste estudo são:

- i) Conhecer qual a noção que os alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico têm de Património;
- ii) Identificar diferentes tipos de património;
- iii) Aferir como os alunos estudam os temas relacionados com o património;
- iv) Verificar se as abordagens feitas na escola sobre este tema são suficientes;
- v) Aferir que histórias sobre património os alunos sabem/conhecem;
- vi) Contribuir para a mudança ao nível dos procedimentos pedagógicos;

Os objectivos foram definidos em função do que se pretendeu saber com a aplicação do questionário, garantindo validade interna a este estudo.

Partir do conhecimento da criança é um construto que se pode revelar alternativo, permitindo afinar metodologias que passam por rupturas ou capturas construtivas.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS

“ (...) Em todos os indicadores considerados em análise, os jovens portugueses revelam uma consciência histórica da necessidade de preservação do património histórico acima da média europeia. São, por outro lado, os que mais seriam levados a salvaguardar uma casa rústica, em boas condições, com cerca de 300 anos.”

Pais (1999:130)

4.1 - Análise dos dados do estudo de caso

O presente estudo permitiu-nos obter alguns indicadores sobre o conceito de Património que os alunos neste nível de ensino detêm. Identificar que tipos de património conhecem, como estudam esse património na escola e qual a importância que o estudo do património tem para a sua formação/conhecimento.

Para efectuar a análise dos resultados usou-se como critério a categorização das questões de acordo com o que lhes foi perguntado da seguinte forma:

- responde/não responde;
- justifica/não justifica;
- vazio de conteúdo;
- outros

Para apresentação dos resultados, considerou-se para análise, sempre que possível, as três primeiras escolhas e o item – outros, a fim de obter ter uma visão mais precisa e abrangente do leque de respostas e do seu conteúdo.

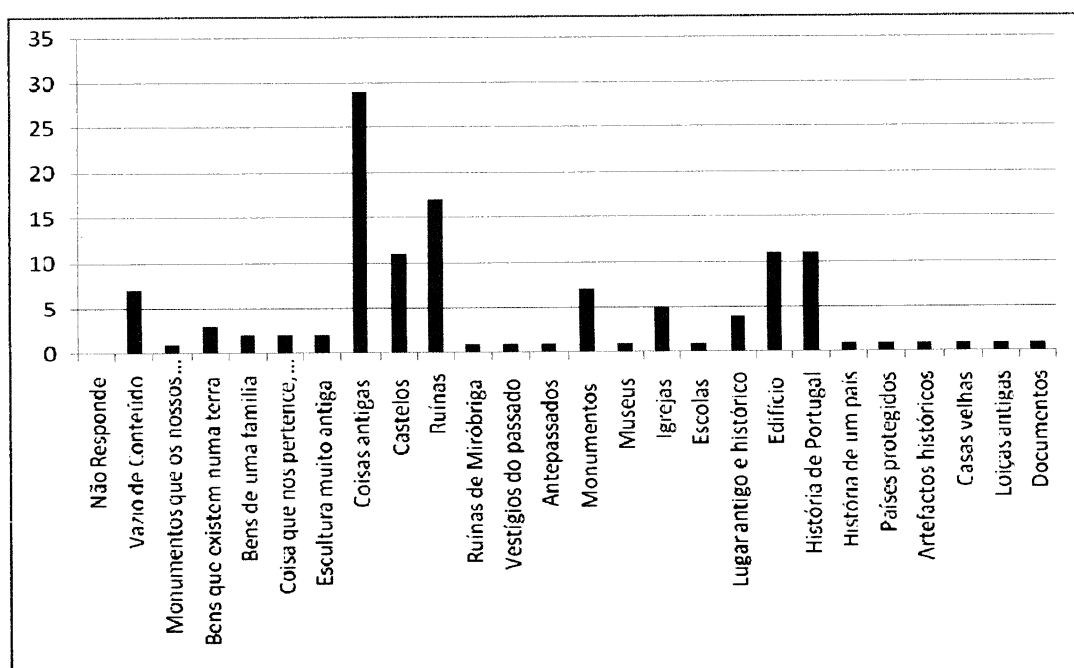
Relativamente à primeira pergunta, O que é para ti o Património? - Os alunos na sua maioria definiram património como coisas antigas, outros acrescentaram a coisas

antigas, exemplos de património (igrejas, ruínas, castelos), ou então as respostas foram apenas exemplos de património.

Como se pode visualizar no gráfico 1, todos os alunos responderam a esta questão, tendo sido esta a ordem das suas escolhas:

- coisas antigas, (constituiu a maior parte das respostas);
- ruínas;
- castelos, monumentos e por último igrejas.

Gráfico 1- O que é para ti o Património?

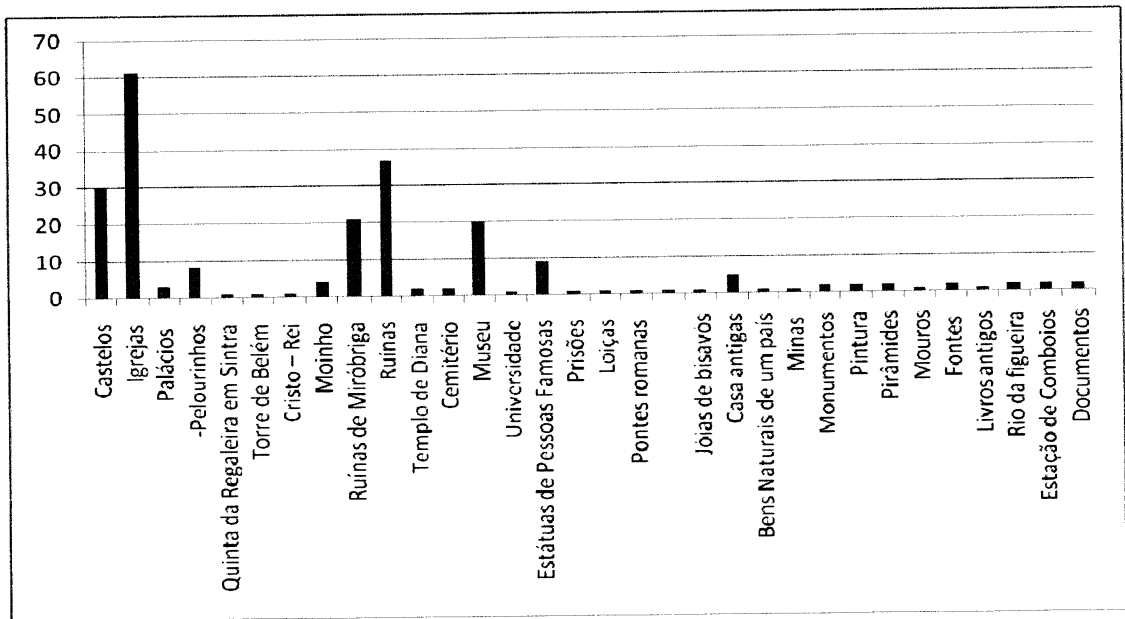


Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

Na segunda pergunta, Dá exemplos de património? Um dos exemplos mais escolhidos, foram igrejas e seguidamente ruínas, embora não se consiga perceber a distinção que os alunos fazem entre ruínas e ruínas de Miróbriga.

Não responderam a esta questão, sete alunos como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2 – Dá exemplos de Património



Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

Na terceira questão, Na tua escola costumam ouvir falar de temas relacionados com o “Património”? Mais de metade dos alunos, 57%, responderam que sim, contudo, aproximadamente 36% dos alunos responderam que não, o que pode indicar desconhecimento sobre o tema em causa, se pensarmos que seis alunos não responderam à questão.

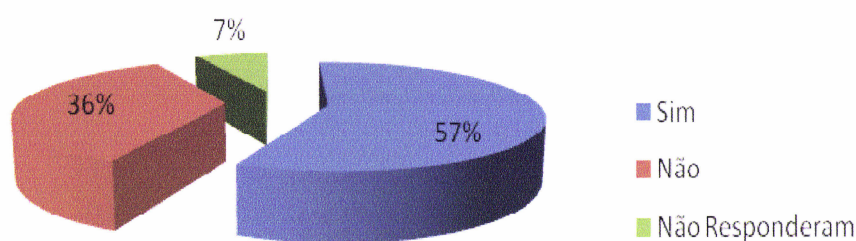
Dos alunos questionados, 57%, responderam sim à questão, no entanto, 35% não apresentaram justificação.

Dos 57% alunos questionados, 32,5% apresentaram justificação, um número ligeiramente inferior aos que não apresentaram qualquer tipo de justificação.

Dos 32,5% que deram justificação, os temas relacionados com o património que ouviram falar na sala de aula foram os seguintes por ordem de preferência:

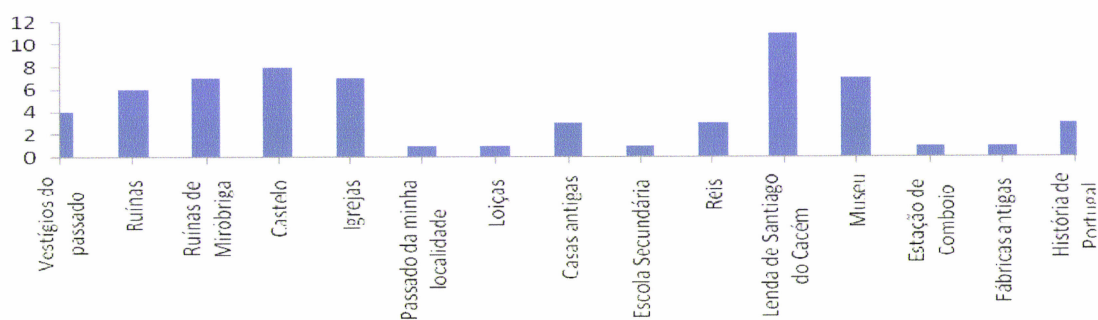
- Castelos;
- Ruínas, museu e ruínas de Miróbriga com o mesmo número de escolhas;
- Vestígios do Passado;
- História de Portugal e casas antigas;
- Outros; aparecem com a manifestação de apenas uma preferência, os seguintes temas: o passado da minha localidade, loiças antigas, Lenda de Santiago do Cacém, Estação de Comboio, Fábricas antigas, como se pode observar nos gráficos 3 e 4.

Gráfico 3 - Na tua escola costumam ouvir falar de temas relacionados com o “Património”?



Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

Gráfico 4- Temas relacionados com o Património ouvidos na Escola

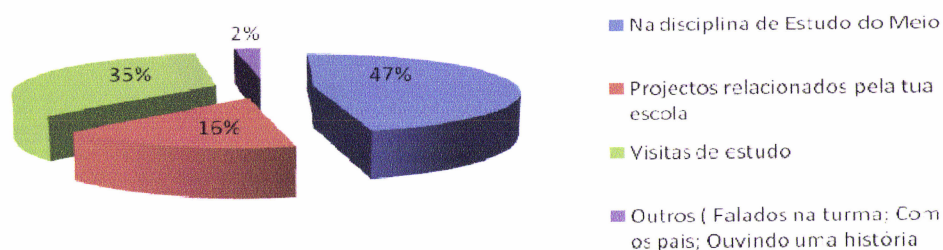


Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

A questão quatro, Como estudas os temas relacionados com o património? Revela claramente que é na disciplina de Estudo do Meio, com 45% das respostas. Indica ainda que os alunos realizam visitas de estudo em número considerável (34%).

Os projectos desenvolvidos pela escola representam 16% da escolha dos alunos e as respostas para o item “outros” não são significativas, pois apenas quatro alunos apresentaram justificações, como espelha o gráfico 5.

Gráfico 5 – Como estudas os temas relacionados com o Património?



Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

Em relação à quinta questão: Conta uma história sobre o património. Não responderam à questão mais de metade dos alunos e vinte e uma das respostas dadas, foram classificadas como vazias em termos de conteúdo (há muito património na nossa vida; o património é uma coisa que existe há muitos anos...)

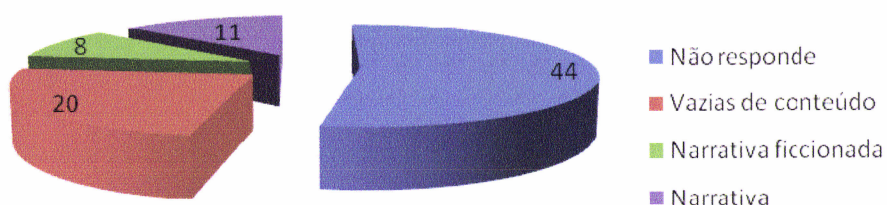
As respostas com texto foram analisadas em duas categorias, texto informativo e narrativa ficcionada.

Para o texto informativo, foram aceites as respostas que de alguma maneira davam uma informação sobre o património (*A cruz que está junto à Igreja deu origem à localidade de Santa Cruz; Na minha terra existem umas ruínas onde antigamente era uma cidade habitada pelos romanos. As paredes das casas têm desenhos, há moedas no museu que foram encontradas nas ruínas...*)

Como narrativas ficcionadas, seriam contempladas as que contassem uma história, conto ou lenda sobre o património. Assim, tivemos a totalidade das respostas

para narrativa ficcionada sobre lendas locais e de outro concelho do Alentejo (Lenda de Nossa Senhora do Livramento, Lenda de Santiago do Cacém, Lenda da Moura Salúquia).

Gráfico 6 – Conta uma história sobre o Património

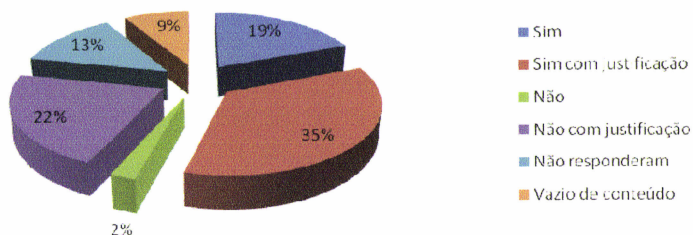


Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

No que toca à questão 6 – O estudo que fazes sobre o património na disciplina de Estudo do Meio é suficiente para conheceres este tema?

Mais de metade dos alunos (63%) responderam que o estudo que fazem sobre este tema é suficiente. No entanto, 19% destes não justificaram a resposta. (gráfico 7)

Gráfico 7 – O estudo que fazes sobre o Património na disciplina de Estudo do Meio é suficiente para conheceres este tema?



Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

Os 35% das respostas justificadas, tiveram maior incidência nas respostas:

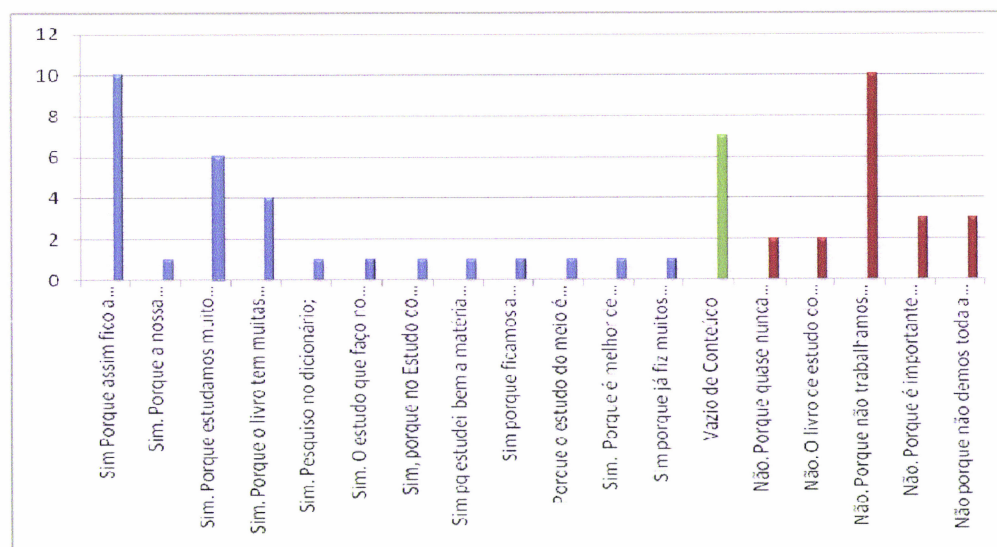
- Fico a conhecer melhor o património;
- Estudamos muito este tema;
- O livro tem muitas coisas sobre o património;

Responderam não, 24% dos alunos. Estes foram mais determinados em termos da sua justificação, ou seja, todos justificaram menos dois e pela seguinte ordem de prioridades:

- Não trabalhamos muito esse tema;
- É importante saber mais;
- Não demos a matéria toda.

Não responderam a esta questão, onze alunos. O gráfico 8 ilustra as respostas dadas pelos alunos.

Gráfico 8 – O estudo que fazes sobre o Património na disciplina de Estudo do Meio é suficiente para conheceres este tema (justificações dadas pelos alunos)



Fonte: Questionário aplicado aos alunos do 4º ano

4.2 - Interpretação/leitura dos resultados

Pelos dados apresentados entendemos que existe uma evidente lacuna em termos de estudos feitos nas nossas escolas sobre a Educação Patrimonial.

O conceito/noção revelado pelos alunos sobre o que é o património, indica que todos eles ouviram falar do património e relacionam-no com tudo aquilo que é antigo – “são coisas antigas”. Contudo, e no meu entender, é uma visão muito vaga e redutora para uma criança que está a terminar um ciclo de ensino, que deveria evidenciar conhecimentos mais abrangentes sobre esta temática, em termos de conceito.

Relativamente aos exemplos dados sobre que tipo de património conhecem, é nítida a escolha que recai sobre o património edificado, aparecendo de forma singular poucos exemplos que referem documentos, livros antigos, entre outros. Podemos igualmente supor que a resposta “ruínas” (que aparece com especial incidência), poderá ter sido induzida pelo facto de no questionário aparecer uma imagem do que resta de um templo romano da Estação Arqueológica de Miróbriga, conhecida talvez por um número considerável de alunos.

A escolha que recai sobre os exemplos: igrejas, ruínas e castelos, poderá estar relacionada com os temas estudados em sala de aula e que constituem exemplos práticos, do quotidiano dos alunos e por isso de fácil compreensão, mas pouco explorados.

A referência ao museu como Património pode ter outras leituras pois sendo conhecedora da realidade local, pode afirmar-se com alguma certeza, que os alunos deste concelho se deslocam algumas vezes por ano, (principalmente os alunos de Santiago do Cacém), ao Museu Municipal, para realizarem diferentes actividades.

Contudo, não podemos afirmar de que forma este património é estudado e conhecido pelos alunos. Pela sua posição na tabela, relativamente a outros exemplos dados, revela que é de alguma maneira superficial não fora esta a explicação, teria mais sentido e conteúdo na ordem de preferências manifestada pelos alunos.

Uma vez mais, igrejas, ruínas e castelos aparecem como património edificado, constituindo mais uma vez exemplos de fácil identificação para os alunos. Não existe em nenhum momento, qualquer alusão a um estudo feito, ou à identificação de objectos

ou tradições a eles ligados, apenas existem referências a três lendas da região alentejo, mas de forma muito tímida.

Pelo item - outros, passam uma infinidade de respostas que revelaram exemplos diferentes dos acima descritos, pois referem, em vez de (igrejas, ruínas, castelos, museus, pelourinhos e estátuas), Quinta da Regaleira em Sintra, Torre de Belém, Cristo – Rei, Bens Naturais de um país, minas, monumentos, pinturas, pirâmides, fontes, livros antigos, documentos entre outros, mas apenas um ou dois alunos integraram cada um destes exemplos, o que significa que não foram estudados estes temas na sala de aula.

É importante referir que todas estas respostas apontam para a classificação de um tipo de património, o património arquitectónico, sem outros elementos que permitam fazer a distinção entre património edificado religioso, militar, ...

No que diz respeito ao estudo que fazem na escola sobre o património, mais de metade dos alunos refere que já trabalhou na sala de aula estes temas, aludindo como disciplina de excelência para o estudo, a área disciplinar de Estudo do Meio. Indicaram também Visitas de Estudo como segunda escolha e finalmente projectos, evidenciando que existe algum trabalho realizado.

A questão cinco, Conta uma história sobre património pode dar indicações claras sobre o conhecimento pedagógico, científico e cultural que os alunos têm sobre este tema/área do conhecimento. Foi dado um número de respostas muito abaixo do esperado e da qual podemos tirar algumas conclusões. É importante salientar o facto de 77 % dos alunos não responderam ou deram respostas vazias de conteúdo o que pode significar que os alunos não adquiriram ainda competências nesta área do conhecimento que lhes permita falar de temas relacionados com o património.

Finalmente a análise feita às respostas dadas na pergunta número seis, O estudo que fazes sobre o património na disciplina de Estudo do Meio é suficiente para conheceres este tema? Coloca a descoberto algumas constatações pertinentes e que poderemos reflectir sobre elas.

A primeira é o facto de questionar crianças de oito, nove anos sobre uma matéria com a qual talvez não se encontrem muito familiarizadas e solicitar-lhes que dêem uma opinião, que justifique a sua escolha. A resolução desta “situação problemática” coloca a criança/aluno numa atitude de reflexão, num contexto que pode, ou não, ter facilidade em dominar, podendo de certa forma condicionar a resposta dada.

A leitura dos dados revela que mais de metade dos alunos questionados, (63%) responderam ser suficiente o estudo que fazem sobre o património. No entanto, apenas 35% desses alunos justificaram a sua resposta.

Dos 24% que responderam não, 22% justificaram a sua resposta, demonstrando mais consistência na opinião formada.

Em suma, e segundo os indicadores que possuímos, os alunos revelaram um conhecimento de património de índole superficial e, obviamente, pouco substantivo e fundamentado, o que sem dúvida é um repto para os professores. Afigura-se-nos aconselhável que estes incrementem mudanças na situação de ensino e aprendizagem, de forma a desenvolver qualitativamente o processo de aquisição de competências neste domínio.

Da análise aos questionários emergiram alguns indicadores interessantes, nomeadamente os seguintes: (i) que os alunos remetem as suas escolhas para o Património arquitectónico (quando se trata de ilustrar a ideia que têm de Património); (ii) optam claramente por valorizar o Património arquitectónico; (iii) – revelam um grande desconhecimento da abrangência do conceito de património.

Neste sentido, e face aos dados obtidos, pensamos que incrementar aprendizagens significativas no que concerne às abordagens de Património junto dos nossos alunos será um caminho desejável e urgente, sob pena de relegarmos para um segundo plano algumas das competências consignadas nos documentos da actual Reorganização Curricular e de uma consciência Histórica cada vez mais complexa e abrangente.

Quanto ao conceito de Património, indubitavelmente, os alunos deste estudo revelaram possuir um conhecimento e afinidade maior com o Património arquitectónico.

Se compararmos os dados deste estudo, com os resultados obtidos no estudo de Pais (1999), poderemos observar algumas semelhanças, não esquecendo a dimensão, a população e os objectivos desse mesmo estudo.

No seu estudo, Pais (*ibidem*:129), face às respostas dos alunos, concluiu que,

“a maior parte dos jovens europeus atribui uma razoável importância à preservação do Património histórico (...). A presença da Igreja medieval, contudo, colhe uma simpatia generalizada, próxima da preservação ecológica.”

Também neste estudo a escolha recai igualmente sobre o património edificado, sendo as igrejas apontadas com um valor igualmente próximo da preservação ecológica, uma vez que é referenciada como segunda escolha pelos alunos.

Cooper (1991) realizou um estudo com alunos do 1º ciclo, na mesma linha de investigação (de progressão de ideias), procurando compreender as ideias que as crianças demonstram ao serem envolvidas num processo de pensamento histórico. Esta investigadora concluiu que as crianças, através da análise da evidência histórica, podem descobrir que as narrativas diferem e o porquê dessas divergências. Para tal, chama a atenção para a importância da linguagem, como elemento fundamental neste processo, dadas as possíveis dificuldades que podem ocorrer com a abstracção da linguagem.

Concluiu que é conveniente que as crianças mais novas sejam iniciadas com propostas de trabalho que incluam (mesmo que implicitamente), conceitos de segunda ordem, dado que é desejável que a sua compreensão se processe de forma gradual para níveis de sofisticação mais avançados.

No contexto dos anos 80 e 90 do século XX, diferentes investigadores da América do Norte concluíram que antes de qualquer tentativa de ensinar História de forma sistematizada se deve desenvolver um conjunto de ferramentas nos alunos, por forma a suprimir os obstáculos que as concepções tácitas, ingénuas, podem exercer na elaboração cognitiva do aluno. É importante compreender a história que se aprende fora da relação pedagógica escolar, muitas das suas noções e valores sobre o tempo, sobre identidade, sobre o passado, tem a sua origem na experiência pessoal, no convívio com os mais velhos, na prática da religião, no contacto diário com os meios de comunicação.

Ajudar os alunos a construir um contexto com o qual possam ancorar o pensamento histórico é de suma importância, tornando-se a ferramenta decisiva para futuras elaborações cada vez de maior nível de sofisticação e com real significado para o aluno.

Em Portugal, a abordagem das ideias dos alunos em história, tem emergido através de estudos variados, nomeadamente com Barca (2000, 2001), numa linha de investigação inspirada por Peter Lee.

A investigação de Barca (2000), prende-se com o estudo das ideias dos adolescentes sobre o conceito de provisoriedade da explicação histórica, integrando a noção de multiperspectivas históricas e utilizando uma codificação de construtos e

respectivos graus de elaboração. O ponto de partida da sua pesquisa é o pressuposto de que não será útil para os jovens considerarem que há apenas uma resposta sobre o passado ou que qualquer resposta sobre o passado é apenas uma questão de opinião pessoal. Um outro pressuposto da sua pesquisa, integra igualmente a ideia de que os adolescentes precisam de exercitar um pensamento crítico, de aprender a seleccionar respostas mais adequadas sobre o real, quer esse real seja o passado ou o presente.

Nas reflexões finais sobre as implicações do estudo para a educação histórica em Portugal, Barca (2000:249), concluiu que no que se refere à formação de um pensamento explicativo em História,

“Os adolescentes podem ser encorajados a pensar acerca de diversas explicações do passado em vez de seguir uma rotina de pergunta-resposta acerca da explicação histórica fornecida pelo manual que utilizam (...). Diagnosticar como os alunos resolvem questões do tipo porquê deverá constituir o primeiro passo, antes de se propor a execução de tarefas de explicação.”

A fim de que o processo de apropriação e domínio do conhecimento não se torne um factor extrínseco ao aluno, Barca (2000: 249), adverte para o facto de que,

“ (...) qualquer abordagem ao desenvolvimento de um raciocínio crítico tem de ser progressivamente conduzida de acordo com os níveis conceptuais observados.”

Investigar as ideias dos alunos sobre este ou outros conceitos inerentes ao conhecimento Histórico é um dos aspectos fundamentais para uma adequada implementação de metodologias nesta área do conhecimento.

A análise da complexidade estrutural do conceito de Património em professores de História, por forma a averiguar e comparar as semelhanças e/ou diferenças em relação ao pensamento dos alunos, poderá também contribuir para a elaboração de um novo desenho de formação de professores e fornecer elementos para a sua integração nos currículos escolares, constituindo novas abordagens do conhecimento histórico.

CAPÍTULO V - PATRIMÓNIO HISTÓRICO – CULTURAL: PROSPECÇÕES NA EDUCAÇÃO FORMAL

Finalmente, pretende-se com o presente trabalho extrair algumas conclusões indicadoras da necessidade de incrementar uma maior consciencialização acerca dos diversos tipos de Património que nos rodeia e, no que concerne ao Ensino da História/Estudo do Meio, promover a Educação Patrimonial dentro de metodologias sistemáticas que contemplem a observação, o conhecimento, a interpretação, a análise valorativa e a intervenção fundamentada.

Os objectos patrimoniais, os monumentos, os sítios e centros históricos, ou o património imaterial e natural, são um recurso educacional importante, pois permitem ultrapassar os limites de cada área/disciplina, e a aquisição de competências em temas que serão importantes para a vida dos alunos.

Desta forma, podem ser usadas como motivação, para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo de ensino/aprendizagem.

A abordagem de temas do currículo do ensino básico, atravessa várias áreas/disciplinas, tais como: a Educação Ambiental, a Geografia, a Biologia, a Cidadania, e as Tecnologias de Informação e Comunicação, podem constituir infinitas possibilidades de um trabalho integrado e interdisciplinar, e do que pode ser feito no âmbito de cada disciplina.

Na área de Língua Portuguesa, as sugestões para a dramatização/ representação de papéis/ solução de problemas podem servir como ponto de partida para o trabalho de produção de diferentes tipos de textos orais ou escritos. O material recolhido pelos alunos, no papel de jornalista ou na produção de rádio/TV/vídeo, pode ser usado de diversas maneiras para elaborar um artigo de jornal, um documentário de televisão, uma peça de teatro, uma história infantil, ilustrada ou em BD uma exposição, entre outras actividades. Pode igualmente ser usado simplesmente como tema de base para discussão em sala de aula. Todas essas produções procuram o uso imaginativo e competente da linguagem. A poesia e a metáfora podem ser usadas como expressão dos sentimentos e percepções provocados pela observação dos objectos ou monumentos. A pesquisa das linguagens e termos de épocas passadas, comparadas com as da actualidade, as

diferentes expressões e formas de linguagem, ritmo e pronúncia, características das diferentes regiões e de diversas origens étnicas, podem contribuir para a compreensão dos processos culturais e históricos do nosso país, com os seus diferentes elementos e especificidades.

Representar papéis e vivenciar experiências de outros contextos culturais no tempo e no espaço requer a compreensão da linguagem e expressões de grupos diferenciados, contribuindo para o envolvimento dos alunos com os acontecimentos históricos e grupos característicos da cultura portuguesa nas diferentes regiões do país. A leitura de obras da literatura da época, ou da região, pode enriquecer o processo de conhecimento e discussão do tema abordado.

Na área da Matemática, o desenho de edifícios, a confecção de mapas e plantas, o exame detalhado de um objecto podem servir para a prática de competências e aquisição de conceitos matemáticos, tais como: pesar e medir; calcular alturas, comprimentos, ângulos, áreas e volumes. A utilização de instrumentos de medição (réguas, fitas métricas, fios de prumo, etc.) é mais uma capacidade que pode ser desenvolvida por meio destas actividades. É possível utilizar-se medidas e métodos históricos para os cálculos, por exemplo: pés, léguas, palmos, polegadas, etc.

Os edifícios podem ser excelentes para o estudo das formas e figuras geométricas. A criação de padrões decorativos pode ser desenvolvida a partir de ladrilhos, azulejos, tijolos, rendas de janelas, vitrais e telhas. As fachadas dos edifícios podem ilustrar uma variedade de formas, linhas e curvas, e problemas de ritmo e simetria. Os andaimes fornecem material para a geometria, e os espaços interiores e o mobiliário podem oferecer ideias para exercícios de reorganização e planeamento dos espaços, para atender a funções ou circunstâncias diferentes.

Nas Ciências, os edifícios e monumentos podem ser usados para o estudo dos fenómenos e das leis da Física, por exemplo, a força da gravidade armazéns/celeiros e salões antigos, com estrutura aparente, podem ajudar a compreensão dos problemas de construção e de distribuição dos pesos do telhado e paredes.

Durante o trabalho de campo, os alunos podem usar lentes para examinar os diferentes materiais e suas texturas e qualidades. A deterioração dos materiais em objectos e edifícios históricos é um bom pretexto para se produzir hipóteses e pesquisas sobre como e porque alguns materiais se deterioram diferentemente de outros.

Na área da tecnologia, sistemas de drenagem de água e de canalização de esgotos podem ser objecto de estudos tecnológicos e de discussão sobre mudanças do passado para o presente e projecções para o futuro. Objectos como relógios, máquinas de costura ou de escrever, carruagens e automóveis motivam o estudo e a compreensão sobre as tecnologias e a revolução industrial. Moinhos, máquinas a vapor, locomotivas, serras e outras máquinas podem ser a base de estudo para a questão da tecnologia e sua consequência na vida humana. O estudo das tecnologias de informação, a começar pela sinalização de roteiros e circuitos, a criação de mapas e guias de orientação das visitas, os painéis informativos num sítio histórico, são tópicos que desenvolvem habilidades e focam conteúdos, como os sistemas de informatização de dados e serviços e a revolução provocada pelos computadores. As tecnologias de comunicação, desde o telefone, o telégrafo, o rádio, a televisão, a Internet, podem ser analisadas em comparação com épocas em que não se dispunha desses recursos, ou em que os sinos das igrejas anunciavam à população nascimentos, baptizados, funerais ou ataque de inimigos. Os sinos ainda têm um papel marcante na vida das pequenas cidades do interior, e seus códigos são bem conhecidos da população.

Geografia, o estudo de um centro histórico, de um parque botânico ou do meio ambiente natural podem ser o ponto de partida para a abordagem dos temas desta disciplina. A elaboração de mapas e plantas de edificações, a comparação com mapas antigos, a análise dos registos populacionais de uma determinada localidade são outros recursos a explorar, tendo como base a evidência histórico/cultural. A procedência dos materiais, as técnicas construtivas, a decoração, pode dar informações interessantes para o conhecimento da Geografia Física e Humana. Ao identificar os recursos e características que dão o carácter especial de uma localidade ou região, os alunos podem discutir as alternativas para a sua preservação.

História, os objectos patrimoniais e os edifícios e centros históricos, os sítios arqueológicos e paisagísticos podem reflectir a maior parte da História de Portugal e do mundo e permitem igualmente fazer extrapolações sobre o património português nos países lusófonos e a sua influência.

Os objectos e monumentos do passado são a evidência concreta da continuidade e da mudança dos processos culturais.

Sabemos que a Escola condiciona a aprendizagem dos alunos, mas também é verdade que a aprendizagem não se circunscreve apenas à Escola. A família, a comunidade e a observação directa do meio local os meios de comunicação social, a internet, entre outros, são meios que contribuem para a nossa compreensão e interacção com o mundo.

CONCLUSÃO

Iniciámos o presente trabalho perpassando um olhar atento sobre a evolução do conceito de Património ao longo dos tempos e diversa legislação nacional e internacional sobre Património, que incide nas diferentes recomendações da UNESCO, patentes nas suas Cartas e Convenções ao longo da segunda metade do século XX e verificamos uma evolução do conceito. A primeira metade do século XX assistiu a uma legítima preocupação pela identificação, preservação e divulgação do Património arquitectónico. Esta preocupação circunscrevia-se, fundamentalmente, aos monumentos majestosos, impregnados de um simbolismo secular, nomeadamente igrejas, capelas, mosteiros, conventos, edifícios públicos que representassem um dado estilo arquitectónico.

A *Charte D'Athenes* (1931), é o primeiro documento oficial a nível internacional, respeitante ao conceito de Património. Do seu texto realçam-se, por diversas vezes, expressões que nos remetem para o domínio do Património arquitectónico, nomeadamente: *protecção dos monumentos; obras históricas e artísticas do passado; monumentos de carácter histórico ou artístico; monumentos de interesse histórico, artístico ou científico; monumentos antigos; esculturas monumentais; conservação de ruínas; património artístico e arqueológico, etc.*

Após a segunda Guerra Mundial (1945), é criada a Organização das Nações Unidas e desta nasce a UNESCO, com a missão de contribuir para a manutenção da paz e da segurança e estreitar, pela educação, pela ciência e pela cultura, a colaboração entre as Nações, a fim de assegurar o respeito universal pela justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais.

A *Convention de la Haye* (1954), é o primeiro documento oficial que explicita o conceito de *bens culturais*, alargando substancialmente o conceito de Património para além do arquitectónico.

A *Convention du Patrimoine Mondial* (1972) contém uma clara explicitação à designação de Património natural, salientando que certos bens do Património cultural e natural representam um interesse excepcional que necessita ser preservado, dado que são parte integrante do Património da humanidade inteira.

A Lei nº 107/2001 (ponto 3), publicada em Portugal, estabelece como elementos integrantes do conceito de Património, entre outros, os seguintes:

“Todos os bens com interesse cultural, nomeadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dado reflectirem valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”

O esforço em clarificar os diferentes conceitos de património até aos nossos dias, prende-se com a necessidade de distinguir as diferentes etapas do percurso da consciencialização da preservação do Património. Pretendemos igualmente indagar se existe no pensamento do aluno uma relação com este claro alargamento do conceito de Património e a inerente consciencialização da sua importância.

O estudo que nos propusemos realizar tem como pressupostos aprofundar e suscitar a reflexão sobre a importância da Educação Patrimonial nos seus moldes actuais e permitir a sua integração de forma efectiva nos Currículos Nacionais no 1º Ciclo do Ensino Básico, mas também, servir igualmente de motivação e alargamento para os restantes ciclos de ensino.

Estudar o Património em Área de Projecto ou em Formação Cívica como foi referido no Capítulo I, não é bastante para tornar os alunos competentes nesta área. Desperta de facto muito superficialmente a consciência cívica dos alunos para esta temática, mas não gera aprendizagens pedagógicas sólidas, continuadas e conscientes, que tornem o aluno competente no conhecimento desta área.

A criação de uma nova disciplina é uma possibilidade, uma vez que haveria conteúdos para a sua construção até ao 12º ano. Contudo, os mesmos podem ser integrados na disciplina de História ou Estudo do Meio e claro está, em projectos desenvolvidos para o efeito, ou através da implementação nas escolas de projectos em que esta área seja abordada interdisciplinarmente e que pode carecer da disponibilidade e interesse dos professores para serem estudados neste âmbito.

Segundo análise feita às Orientações para a Gestão Curricular (Despacho n.º 19 575/2006, de 25 de Setembro) que define os tempos mínimos semanais para a leccionação dos programas e o desenvolvimento dos currículos das áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio e tendo em vista o reforço dos saberes básicos e o desenvolvimento das competências essenciais nos primeiros anos de escolaridade é proposta uma carga horária semanal de cinco horas para a área de Estudo do Meio sendo que três horas estão destinadas ao Ensino Experimental das Ciências.

Existem ainda cinco horas para serem geridas de forma flexível nas áreas das Expressões e restantes áreas curriculares não disciplinares. Existe assim uma forte possibilidade de parte desta carga horária reverter para o estudo dos conteúdos relacionados com o Património Histórico – Cultural ou num Bloco Temático à semelhança dos que já existem, e/ou distribuídos como complemento de estudo noutros Blocos.

Com a implementação da Gestão Flexível do Currículo, é atribuído à escola e aos docentes um espaço de intervenção e criatividade. O Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola, o Projecto Curricular de Turma, o Plano Anual de actividades e o Regulamento Interno, constituem os cinco instrumentos que dão alguma autonomia à escola e que permitem de alguma forma que os trabalhos na área do Património sejam desenvolvidos pelos alunos nas nossas escolas. Como exemplo posso citar um trabalho realizado sobre o “Aqueduto de Évora” pelas professoras Olga Magalhães e Antónia Conde, em que nos mostram através de uma abordagem historico-didáctica de um documento, se podem trabalhar conteúdos de diferentes disciplinas na aula de História ou alargar o mesmo trabalho a um projecto interdisciplinar a desenvolver no Projecto Curricular de Turma.

Este estudo despertou algumas indicações acerca de projectos que cada região através dos seus serviços municipais, e/ou de parcerias com instituições ligadas ao IGESPAR, Universidades, como é o caso da Universidade de Évora, proporcionar aos educandos/alunos diferentes registos e estabelecer com os estabelecimentos de ensino projectos efectivos para os diferentes ciclos de ensino. A propósito do estudo da história local:

“O património de uma povoação, freguesia ou concelho não se reduz aos seus monumentos. Devemos distinguir património arqueológico, artístico, etnográfico, sem esquecer que a própria terra, a paisagem, a fauna e a flora naturais são também património a estudar e proteger”.

Jorge de Alarcão (1982:25), “Introdução ao estudo da História e do Património locais”-

Colecção de Cadernos de Arqueologia e Arte

A cidade de Santiago do Cacém como de resto todas as cidades *per si* ou organizadas em centros temáticos distritais, podem neste âmbito colocar ao serviço das

escolas e de outras instituições, um conjunto diversificado de conhecimentos nas diferentes áreas do saber.

O concelho de Santiago do Cacém pode, por exemplo, criar laboratórios onde os alunos possam realizar experiências relacionadas com os oceanos, fauna e flora locais, estudar fenómenos geológicos, contribuir para a preservação do património local, não só com a realização de feiras medievais, mas com outras actividades, em que o conhecimento científico aliado à preservação do património local existente seja o mote.

Como nova metodologia do ensino/aprendizagem pode constituir uma mais-valia, pois actualmente existem vários estudos que referem a dificuldade em motivar os alunos para as aprendizagens escolares, devido a diferentes factores onde a tecnologia associada à experimentação constitui o seu centro de interesse.

Foram inquietações como esta e a necessidade de adoptar diferentes metodologias de ensino e fazer novas abordagens que nos fizeram encarar a “Escola do Futuro” numa perspectiva diferente, em que os conteúdos programáticos de algumas disciplinas possam ser trabalhados de forma experiencial e atractiva para as crianças e jovens.

A constante mudança e evolução do conhecimento em geral, implica que grande parte das matérias estudadas façam sentido ao nível da formação pessoal e social da criança/jovem. Podem igualmente prevenir o abandono escolar e o desinteresse pela formação académica e profissional a nível superior. Para isso, é fundamental a tomada de medidas políticas educativas que considerem a necessidade de adopção de novas metodologias, que se inter-relacionem mais com o espaço envolvente de cada região e entre regiões procurando adoptar instrumentos e estratégias que promovam a escola e o conhecimento junto daqueles que serão responsáveis por um país que se quer de progresso e projecção no mundo.

Igualmente um olhar ao Currículo do Estudo do Meio no primeiro ciclo e eventualmente aos conteúdos das novas áreas curriculares não disciplinares como a Formação Cívica e a Área de Projecto de forma a funcionarem como áreas de excelência onde os temas relacionados com o estudo do meio possam ser também desenvolvidos e estudados.

O processo educativo, em qualquer área de ensino/aprendizagem, tem como objectivo levar os alunos a utilizarem as suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e competências que posteriormente serão a prática do seu quotidiano.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizagem sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua vida pessoal e social.

O Património Histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades que despertam nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado”, para compreendermos melhor o “presente” e projectarmos o “futuro”.

O estudo dos vestígios do passado motivam-nos para compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam e a verificar as soluções por eles encontradas para enfrentar problemas e desafios e compará-las com as soluções que encontramos actualmente para problemas semelhantes mas noutras dimensões.

Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e origens dos problemas identificados e projectar soluções ideais para o futuro, num exercício de consciência crítica e de cidadania.

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser um instrumento valioso para o trabalho pedagógico dentro e fora da escola.

Para alcançar a multiplicação das ideias e conceitos propostos neste campo da Educação baseada no Património Histórico-Cultural é importante a formação de professores que possam desenvolver este trabalho nas escolas e em articulação com outras entidades.

A forma como esta formação poderá ser feita, pode igualmente ser objecto de um estudo: pode integrar a formação inicial do professor, ou pode ser desenvolvida em Oficinas ou em Acções de Formação creditadas para o efeito. Na verdade, os professores, têm programas a cumprir nas diferentes disciplinas que leccionam, e como este conteúdo consta dos programas de forma tímida e quase facultativa, nem sempre lhe é dado o lugar e a importância necessária à sua efectiva concretização.

O trabalho com o Património Histórico-Cultural é mais facilmente compreendido no âmbito das áreas/disciplinas que mais comumente abordam o tema,

como a História/Estudos Sociais ou como o Estudo do Meio no caso do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Há todo o interesse em desenvolver outros trabalhos sobre esta temática, representando este um pequeno contributo para a discussão e reflexão do pensamento do aluno acerca do conceito de Património, da sua abrangência Histórico-Cultural, num um novo despertar para a consciencialização histórica.

A problemática da integração e tratamento nos currículos do 1º Ciclo do Ensino Básico, pode servir igualmente como fundamentação para a implementação efectiva da Educação Patrimonial nos currículos escolares portugueses como forma de resposta aos desafios do nosso tempo.

Salientar que esta metodologia de intervenção se revelou bastante adequada, uma vez que as informações obtidas poderão ser sempre optimizadas aliando a experiência como professora, ao domínio da técnica e futuramente como forma de realizar outros estudos.

Por outro lado, também este trabalho de investigação agilizou o engenho nos princípios deste mestrado, do que é a Gestão e Valorização do Património Histórico-Cultural do micro para o macro sistema, isto é, da Escola para a Sociedade.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- O que é para ti o Património?	80
Gráfico 2- Dá Exemplos de Património	80
Gráfico 3- Na tua escola costumam ouvir falar de temas relacionados com o “Património”?	81
Gráfico 4- Temas relacionados com o Património ouvidos na tua Escola?	82
Gráfico 5- Como estudas os temas relacionados com o património?	82
Gráfico 6- Conta uma história sobre o património	83
Gráfico 7- O estudo que fazes sobre o património na disciplina de estudo do meio é suficiente para conheceres este tema?	84
Gráfico 8- O estudo que fazes sobre o Património na disciplina de Estudo do Meio é suficiente para conheceres este tema (justificações dadas pelos alunos)	85

BIBLIOGRAFIA

MARTINS, Ana Cristina, (2004). *“Património Histórico-Cultural”* in Património Estudos, IPPAR, Lisboa.

ABRANTES, Paulo (org.) (2002). *Reorganização curricular do ensino básico: a avaliação das aprendizagens*. Lisboa: Ministério da Educação.
Actas das primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica. *Perspectivas em Adolescente*. In: Piaget. Rio de Janeiro: Forense.

ALARCÃO, Isabel (org.) (1995). *Formação Reflexiva de Professores – estratégias de supervisão*. Porto: Porto Editora.

ALARCÃO, Jorge de (1982). *Introdução ao estudo da História e do Património locais*.

ALMEIDA, A. A. Marques (1998). *Teoria e Prática em História Regional e Local*. In “O Património Local e Regional – subsídios para um trabalho interdisciplinar”, DES Ed. Ministério da Educação.

BARCA, I (2001). *Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História*.

BARCA, I. & Gago, Marília (2001). *Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade*. Revista Portuguesa de Educação, vol. 14 (nº1) CEEP – Universidade do Minho (pp.239-260).

BARCA, I. (2000). *O Pensamento Histórico dos Jovens – Ideias dos Adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica*. Tese de doutoramento. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho. Braga

CAMPBELL (2002). *Creating on common future: educating for unty in diversity*. UNESCO, Austrália.

Cadernos de arqueologia e arte, 2. Instituto de Arqueologia e de História da Arte.

CONDE, Antónia Fialho; MAGALHÃES, Olga - “Abordagem educativa de um monumento: O Aqueduto de Évora”, in Actas del Seminario Internacional El Patrimonio Cultural: Tradiciones, Educación y Turismo, Extremadura – Portugal, Cáceres, Universidad de Extremadura/Consejería Provincial de Cáceres, 2008, ISBN 978-84-92473-24-3

DECRETO-LEI 6/2001 de 18 de Janeiro. *Reorganização Curricular do Ensino Básico*

DECRETO-LEI n.º 107/2001. Legislação sobre Património.

DECRETO-LEI n.º 245/80, de 22 Julho (defesa do Património cultural).

DESPACHO 9590/99 de 14 de Maio. *Gestão Flexível do Currículo*.

DEWEY, John (1997). *Democracia y educación: una introducción a la filosofía de la Educación Histórica*. Barca (org.) Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do educación. Editorial Morata. Madrid.

Faculdade de Letras de Coimbra. LOPES, A. Flávio (coord.) (1996 a). *Legislação Nacional – informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Ministério da Cultura. Lisboa.

FERNÁNDEZ DE PAZ, Esther & AGUDO TORRICO, Juan (1999) (coords). *Património cultural y Museologia. Asociación Galega de Antropoloxia*. Museo do Pobo Galego. Santiago de Compostela.

LOPES, A. Flávio (coord.) (1986). *Património Arquitectónico e Arqueológico – Informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Secretaria de Estado da Cultura. Lisboa.

LOPES, A. Flávio (coord.) (1994). *Critérios – Classificação de bens imóveis. Informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Secretaria de Estado da Cultura.

LOPES, A. Flávio (coord.) (1996 b). *Cartas e Convenções Internacionais – informar para proteger*. Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Ministério da Cultura. Lisboa.

MAGALHÃES, O. (2000). *Concepções de professores sobre História e ensino da História. Um estudo no Alentejo*. Tese de Doutoramento. Évora: universidade de Évora.

MAGALHÃES, Olga. *Didáctica, Didáctica da História, Historiografia*. Universidade de Évora. Biblioteca/Estudos e Colóquios

MILHEIRO, M. Manuela (1996). *A Arte e a Festa. O Sagrado, o Lúdico e o Efêmero. In A festa numa perspectiva transdisciplinar*. Cadernos do Noroeste. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Minho. Braga.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1986). Lei n.º 46/86 de 14 Outubro. Lei de base do sistema educativo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1989). Reforma Curricular.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais. Lisboa: Ministério da Educação, *museologia: significados t contenidos*. Asociación Galega de Antropoloxia. Santiago de Compostela



NUNES, Henrique Barreto (1993). *Património escrito em Portugal: conservação e divulgação*. Biblioteca Pública de Braga.

Organização Curricular e Programas Ensino Básico — 1ºCiclo, Departamento da Educação Básica, Editorial do Ministério da Educação, Janeiro 2004, revista

PACHECO, Helder (1985). *Portugal – Património Cultural popular*. Areal Editores, 1.ª edição. Porto

PAIS, José Machado (1999). *Consciência Histórica e Identidade: os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Secretaria de Estado da Juventude. Celta Editora Lda. Oeiras

PIAGET, J. (1954). *The construction of reality in the child*. New York: Ballantine Books.

PIAGET, Jean, (1972). *Os Estágios do Desenvolvimento Intelectual da Criança e do*

PUREZA, José Manuel (1998). *O Património comum da Humanidade: Rumo a um direito internacional da solidariedade?* Edições Afrontamento. Centro de Estudos Sociais. Porto. Tese de Doutoramento.

ROLDÃO, Maria do Céu (1999). *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*. Lisboa, DEB.

UNESCO (1972). *Salvar o Património Mundial*. Convenções sobre a protecção do Património Mundial, cultural e Natural.

UNESCO (1996). *Relatório da UNESCO sobre a Educação para o século XXI – Educação um tesouro a Descobrir*.

WEBGRAFIA

vistasnapaisagem.weblog.com.pt, em 12 de Dezembro de 2007
www.ippar.pt/, Património, em 15 de Janeiro de 2008

ANEXOS

Anexo I - Compilação da legislação Nacional sobre Património, in Alarcão (1982)

- Lei nº 1700, de 18-12-1924.
- Decreto nº 11445, de 13-2-1926.
- Decreto nº 16791, de 25-4-29.
- Decreto-Lei nº 20985, de 7-3-1932.
- Decreto nº 21117, de 18-4-1932.
- Decreto-Lei nº 21875, de 18-11-1932.
- Decreto-Lei nº 23122, de 11-10-1933.
- Decreto-Lei nº 23125, de 12-10-1933.
- Decreto-Lei nº 26611, de 19-5-1936.
- Decreto-Lei nº 34993, de 11-10-1945.
- Lei nº 2032, de 11-6-1949.
- Decreto-Lei nº 38382, de 7-8-1951.
- Decreto nº 38888, de 29-8-1952.
- Portaria nº 17812, de 11-7-1960.
- Decreto nº 46349, de 22-5-1965.
- Decreto-Lei nº 46758, de 18-12-1965.
- Decreto-Lei nº 46673, de 29-11-1965.
- Decreto-Lei nº 166/70, de 15-4-1970.
- Decreto-Lei nº 416/70, de 20-8-1970.
- Lei nº 9/70, de 19-6-1970.
- Decreto-Lei nº 560/71, de 17-12-1971.
- Decreto nº 561/71, de 17-12-1971.
- Decreto-Lei nº 365/75, de 8-7-1975.
- Decreto-Lei nº 577/76, de 21-7-1976.
- Decreto-Lei 637/76, de 29-7-1976.
- Portaria nº 269/78, de 12-5-1978.
- Decreto-Lei nº 38906, de 10-9-1952.
- Decreto-Lei nº 40388, de 21-11-1955.
- Portaria nº 195/79, de 24-4-1979.
- Decreto-Lei nº 403/80, de 26-9-1980.

Anexo II

Exmo.(a) Sr.(a)
Enc. de Educação

Assunto: Aplicação de Questionário em Meio Escolar

Ana Isabel A. M. Ramos, professora no Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, a frequentar um Mestrado no âmbito do Património Histórico e Cultural, vem por este meio solicitar a Vossa Excelência autorização para que o seu educando, responda a um questionário na sala de aula, sobre património, sob a supervisão das professoras titulares de turma.

Mais informa que este questionário será apenas para os alunos do 4º ano do concelho.
Com os melhores cumprimentos,
A professora

Autorização

Autorizo/Não Autorizo (riscar o que não interessa) o meu educando, a responder ao questionário sobre a importância de conhecer o Património Histórico e Cultural da sua região/país.

O Enc. de Educação

UNIVERSIDADE DE ÉVORA



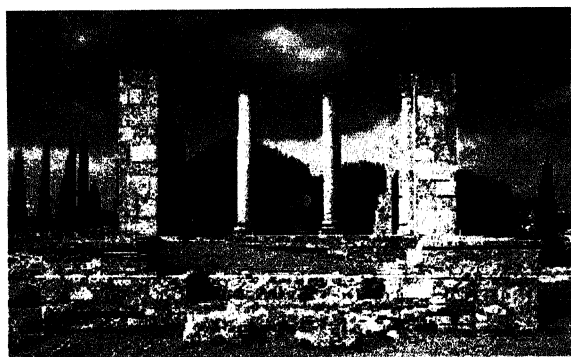
Informação para o professor

Este inquérito destina-se à recolha de informação, no âmbito do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural. Pretende-se realizar um estudo acerca da relevância do Património Histórico e Cultural no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Ao Aluno

De seguida irão aparecer um conjunto de questões, algumas de resposta aberta, onde tens a possibilidade de explicitar a tua opinião e outras questões de resposta curta em que apenas vais ter que assinalar com uma cruz a tua opção.

Vamos a isso!?



1 – O que é para ti o Património?

2 – Dá exemplos de Património?

3 -Na tua escola costumavas ouvir falar de temas relacionados com o “Património”?

Sim

Não

Se respondeste sim, indica que temas.

4 – Como estudas os temas relacionados com o Património?

Na disciplina de Estudo do Meio

Projectos realizados pela tua escola

Visitas de Estudo

Outros

Quais? _____

5 – Conta uma história sobre o Património?

6 – O estudo que fazes sobre o “Património” na disciplina de Estudo do Meio, é suficiente para conheceres bem este tema?

Sim

Não

Porquê?

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo IV

CATEGORIZAÇÃO DAS RESPOSTAS

4º Ano de Escolaridade

Total de alunos: 85

Responderam ao questionário: 83

Questões	Não Responde	Vazio de conteúdo	Com conteúdo	Contagem	Somatório
1ª - O que é para ti o Património?	0	 (7)	- São Monumentos que os nossos antepassados construíram		1
			- São todos os bens que existem numa terra		3
			-Bens de uma família		2
			- Coisa que nos pertence, edifício herança		2
			- Escultura muito antiga		2
			- Coisas antigas		29
			- Castelos		11
			- Ruínas		17
			- Ruínas de Miróbriga		1
			- Vestígios do passado		1
			- Antepassados		1
			- Monumentos		7
			- Museus		1
			- Igrejas		5
			- Escolas		1
			- Lugar antigo e histórico		4
			- Edifício		2
			- História de Portugal		2
			- História de um país		1
			-Países protegidos		1
- Artefactos históricos		1			
- Casas velhas		1			
-Loiças antigas		1			
- Documentos		1			
Questões	Não Responde	Vazio de conteúdo	Com conteúdo	Contagem	Somatório
2ª- Dá exemplos de património	 (7)	0	- Castelos		30
			- Igrejas	 	61
			- Palácios	 	3 8
			- Pelourinhos		

			- Quinta da Regaleira em Sintra		1
			- Torre de Belém		1
			- Cristo – Rei		4
			- Moinho		
			- Ruínas de Miróbriga		21
			- Ruínas		37
			- Templo de Diana		2
			- Cemitério		2
			- Museu		20
			- Universidade		1
			- Estátuas de Pessoas Famosas		9
			- Prisões		1
			- Loças		1
			- Pontes romanas		1
			- Bustos de pessoas importantes		5
			- Jóias de bisavós		1
			- Casa antigas		2
			- Bens Naturais de um país		2
			-Minas		1
			- Monumentos		2
			-Pintura		1
			-pirâmides		2
			Mouros		2
			Fontes		2
			Livros antigos		2
			Rio da figueira		1
			Estação de Comboios		1
			Documentos		1

3ª – Na tua escola costumam ouvir falar de temas relacionados com “Património”?	Sim	Não	Se sim que temas	Sim e não Responde	Não responde
	11111111	11111111	Vestígios do passado1111 -4	1111111111	111111
	11111111	11111111	Ruínas 111111 -6	1111111111	(6)
	11111111	11111111	Ruínas de Miróbriga 1111111-7	(20)	
	11111111	111111	Castelo 11111111 - 8		
	11111111		Igrejas 1111111 7		
	11111111		Passado da minha localidade 1		
	11111111	(30)	Loças 1		
	(47)		Casas antigas111 - 3		
			Escola Secundária 1		
			Reis 111 - 3		
			Lenda de Santiago do Cacém11		
			Museu 1111111- 7		
			Estação de Comboio 1		
			Fábricas antigas 1		
			História de Portugal 111- 3		

11111	demorava muito			- Só fico a conhecer este		
11111	tempo até que			tema se for numa visita		
11111	aprendêssemos;			de estudo 1		
11	1					
Total	- Porque estudo e			- O livro de estudo do		
(52)	estou com atenção;			meio nem sempre tem		
	11111 -5			tudo o que precisamos e		
	- Porque estudamos			temos que ir à Internet 11		
	muito este tema;					
	1111-4			- Porque não trabalhamos		
	- Porque no Estudo			muito sobre esse tema;		
	do Meio podemos			111111		
	aprender coisas			- Porque é importante		
	importantes e			saber mais;		
	novas sobre o			11		
	património;			Não porque não demos		
	11			toda a matéria;		
	- Porque se			11		
	estudarmos			Não porque o que nós		
	conseguimos;			aprendemos não é		
	1			suficiente para aprender		
	- Porque o			bem este tema;		
	professor explica			1		
	muito bem;			Quase nunca damos		
	11			história e é raro falarmos		
	- Porque o livro			de objectos antigos;		
	tem muitas coisas			1		
	sobre o património;					
	11					
	- Pesquisa no					
	dicionário;					
	1					
	- O estudo que faço					
	no Estudo do Meio,					
	é suficiente para					
	conhecer este tema					
	porque é muito					
	fácil;					
	1					
	- Nunca fui a um					
	património mas					
	pelos meus estudos					
	e cálculos, deve ser					
	muito bonito;					
	1					
	- Porque fiquei a					
	saber mais;					
	11					

	<p>- Porque há muitas coisas novas todos os anos; 11</p> <p>- Sim pq no Est do meio há algumas coisas que nós podemos ver de perto; 1</p> <p>- Sim pq estudei bem a matéria de 3º ano; 1</p> <p>- Sim porque ficamos a conhecer muitas lendas e muitas histórias e eu acho que isso é suficiente; 1</p> <p>- Porque o estudo do meio é principalmente sobre património; 1</p> <p>Sim pq é melhor de aprender, ao contrário dos testes; 1</p> <p>Sim porque já fiz muitos trabalhos sobre essa área. 1</p> <p>Total :36</p>					
--	--	--	--	--	--	--

Anexo IV

Windows Live

Hotmail

anaaziago@hotmail.com

Caixa de Entrada (12...)

Lixo (7)

Rascunhos (2)

Enviados

Excluídos

todos

Gerenciar pastas

Adicione uma conta de email

Locais relacionados

Hoje

Lista de contatos

Calendário

Hotmail

Novo Excluir Lixo Eletrónico Marcar como Mover para

Responder Responder a todos Encaminhar

Monotorização de Inquéritos em Meio Escolar. Inquérito nº 0065600001

De: mime-noreply@gepe.min-edu.pt

Enviado: terça-feira, 22 de setembro de 2009 15:22:10

Para: anaaziago@hotmail.com, anaaziago@hotmail.com

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0065600001, com a designação *O Património Histórico e Cultural na Primeira Círculo do Ensino Básico*, registado em 11-09-2009, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exma. Senhora Dra. Ana Isabel Aziago Marques Ramos

Venho por este meio informar que o pedido de realização de questionário em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos de qualidade técnica e metodológica para tal devendo, no entanto, ter em atenção as observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos

Jesuina Ribeiro

Subdirectora-Geral

DGIDC

Observações:

- 1 - É necessário solicitar autorização expressa dos pais / encarregados de educação dos alunos respondentes
- 2 - A aplicação do questionário deve ocorrer sob a supervisão do(s) professor(es) titular(es) da(s) turma(s)

Podem consultar na Internet toda a informação referente a este pedido no endereço <http://mime.gepe.min-edu.pt>. Para tal terá de se autenticar fornecendo os dados de acesso da entidade.